NACIONALISMO

SUA ORIGEM E SEU DESTINO

HORIA SIMA

HORIA SIMA

O QUE É O NACIONALISMO

Nota preliminar.

Este terceiro livro que aparece no Editorial Fuerza Nueva surgiu da mesma inquietação que deu a luz aos outros dois: "O que é o Comunismo" *e* "O Homem Cristão e a Ação Política".

Estive sempre preocupado com a desordem ideológica que reina sobre o mundo atual, e que tem graves consequências no domínio da ação política. Os homens perderam o sentido da vida heroica, da tensão histórica, o afã das grandes empresas criadoras. Com meus trabalhos quis ajudar a dissipar a neblina intelectual que se ergueu sobre a maior parte de nossa civilização e que é a principal causa da ameaça comunista.

Este livro tem como tema central a Nação e sua derivação, o Nacionalismo, problemas de grande atualidade neste momento de debate culminante entre o comunismo e o mundo livre. O leitor tem agora à sua disposição uma trilogia de textos que se complementam e que lhe ajudarão a

formar um conceito claro sobre os acontecimentos contemporâneos.

Peço a Deus que a Cristandade se desperte antes que seja demasiado tarde para escapar ao perigo mortal que lhe aproxima e para devolver aos povos a confiança no futuro e a alegria de viver em um mundo iluminado pela força do Espírito.

Madri, outubro de 1975.

O Autor

I. O QUE O NACIONALISMO NÃO É

1. Os vocábulos na luta política

Em um opúsculo publicado em 1945, "*O Estado totalitário no pensamento de José Antonio",* o ilustre pensador falangista José Luis de Arrese fala em seu primeiro capítulo da importância dos vocábulos na luta política. As minorias intelectuais formulam as ideologias, dirigem o processo de orientação de uma nação que se encontra em crise, porém para que um movimento político possa ter ressonância nas massas populares se lhes exige muito mais que uma sólida base doutrinária. As multidões não compreendem a complicada linguagem das ideias. O discurso, com sua delicada estrutura de argumentação, não é acessível à sua mentalidade simples e concreta, desacostumada da especulação pura. Às massas populares se lhes deve facilitar a doutrina em forma concentrada. Para lograr êxito no senso do povo o pensamento político deve ser transformado em expressões fáceis de assimilar e, ao mesmo tempo, dotadas de uma grande força sugestiva.

A terminologia política elemental cumpre com uma função essencial no desenvolvimento de um movimento. Existe também uma *balística das ideias*. Sua projeção no mundo depende da força inicial que possuem seus projéteis ideológicos. A criação destes vocábulos requer uma intuição particular, a qual possuem somente os grandes chefes políticos. Como disse Arrese, "os fundadores de movimentos, além de outras qualidades, são ao mesmo tempo também forjadores de vocábulos, que condensam em si todo seu pensamento político".

Entre as massas e a classe dirigente não existem rupturas ou divisões espirituais; a unidade de pensamento e de ação de uma nação é assegurada pela sua alma, pela consciência coletiva, que é a mesma em um intelectual que em um camponês ou operário, e que funciona como uma espécie de vasos comunicantes entre as diversas camadas sociais. Mas para fazer vibrar o ethos nacional nas massas de um povo deve dirigir-se às mesmas mediante outra linguagem, distinta daquela empregada nas aulas universitárias. O que

se meditou quiçá durante anos deve ser exposto em fórmulas breves e dinâmicas.

Estes vocábulos, quando bem escolhidos, quando expressam sem equívocos as necessidades e as aspirações de um povo em um momento histórico, produzem um efeito fulminante e duradouro. A seu redor se reúnem e se fundem todas as energias de uma nação. Temos que recordar o antigo grito de luta da milícia espanhola:

"¡Santiago y sierra, España!"[1]. Com que ímpeto se lançavam ao ataque os bravos filhos deste povo quando ouviam este grito! Uma palavra eletrizava uma massa de homens, proporcionando-lhes forças infinitamente maiores que seu valor numérico. José Antonio sintetizou mediante uma feliz fórmula toda sua filosofia: "O homem, portador de valores eternos". A mística desta expressão afetou a alma de centenas de milhares de homens, posto que cada um está preocupado com a salvação de sua alma, que depende de sua atitude frente aos valores eternos: História, Cultura, Religião.

---

[1] "Santiago e feche, Espanha!", mote espanhol do período da Reconquista. Nele estão condensadas as virtudes da defesa da cristandade e da expulsão ao invasor árabe (N.T.).

Os comunistas são mestres na arte de criar vocábulos de enorme força propagandística. Ninguém lê "*O Capital"*, de Karl Marx, ou outras obras do mesmo autor, ou se alguns se atrevem a lê-las não as compreendem, e mesmo se chegam a entendê-las logo descobrem que as afirmações de Marx foram superadas pelas realidades político-sociais. O que conhecem melhor é o "*Manifesto Comunista"* de 1848, que fomentou o ódio contra a civilização europeia e cristã. As massas populares não retêm da propaganda marxista mais que alguns *slogans*, alguns lemas que excitam sua imaginação. Os pobres trabalhadores as repetem numa uma espécie de contágio mental, sem dar por conta do que se trata realmente o comunismo: a tirania mais feroz que já existiu sobre a terra. Estes vocábulos são conhecidos por todos: a luta de classes; a exploração do homem pelo homem; a coletivização dos meios de produção; a religião é o ópio do povo; "proletários de todo o mundo, uni-vos"; a ditadura do proletariado, e alguns mais.

Tanto o marxismo como a propaganda dos comunistas nas massas populares possuem pouco em comum com o comunismo real, com o

comunismo praticado pelos dirigentes comunistas, assim como demonstrei em meu livro "*O que é o comunismo?"* os êxitos do comunismo não se devem a sua doutrina, senão a suas redes conspiratórias que possuem sobre todo o globo terrestre. Os comunistas são mestres na arte de "camuflar-se", de esconder sua própria identidade, assim como indiquei em numerosos exemplos. Porém sua astúcia não para por aqui. Os comunistas não somente induzem ao erro as massas populares com os lemas que utilizam, prometendo o paraíso na terra, quando na realidade ressuscitam a escravidão sob as formas mais ignominiosas, senão que, ao mesmo tempo, têm também a habilidade de semear a confusão no campo ideológico de seus adversários. Atribuem aos grupos que combatem intenções, planos, programas que estes jamais tiveram. Os comunistas escolhem os vocábulos que nós mesmos empregamos e lhes dão outra interpretação, outro sentido, totalmente alheio ao nosso pensamento político. Depois de operar esta fraudulenta operação intelectual atacam a nós, cristãos; a nós, os patriotas; a nós, os nacionalistas,

tomando como base precisamente suas mistificações, suas próprias invenções. Nos identificam com o que não somos e logo nos atacam em virtude desta falsa interpretação de nosso pensamento político.

Arrese escreveu o livro que mencionava antes precisamente com a finalidade de dissipar uma absurda falsificação do pensamento de José Antonio. Se trata do Estado totalitário. O vocábulo estava em voga em seu tempo, possuía circulação europeia, e foi utilizado por José Antonio em sentido totalmente distinto do que lhe atribuíam seus adversários. Estes acusavam José Antonio de querer instaurar em Espanha um Estado onipotente, um Estado absorvente, um estado panteísta, que anulasse completamente o valor da pessoa humana. Ele contestou estas campanhas indicando que para ele o estado totalitário significava o Estado aberto a todos os cidadãos, homens e mulheres; o Estado integrador de todos os espanhóis; o Estado não edificado sobre privilégios de classe; o Estado em que tanto o camponês como o trabalhador podem sentir-se como em sua própria casa; o Estado que faz seu os

interesses de todos. Este conceito acerca do Estado não tem nada que ver com o autêntico Estado totalitário, que é o Estado comunista, nem com o Estado fascista, que é um Estado totalitário num grau muito inferior ao comunista. José Antonio tinha a sua disposição um argumento decisivo para dissipar estas acusações: “Como posso eu buscar a formação de um Estado onipotente, absorvente, quando parto para a criação do Estado do indivíduo portador de valores eternos?”. Em que doutrina o indivíduo goza de tanta consideração como no falangismo, que faz do indivíduo a pedra angular de todo seu edifício político? A má fé era evidente...

2. Fascismo e Antifascismo

Os comunistas cometem estas fraudes intelectuais em prejuízo de nossos conceitos, com o fim de provocar confusões e deserções nas massas populares e influir mesmo em nossos partidários para que estes se apartem de nós. É quase como se durante a noite, e às escondidas, alguém alterasse os marcos que delimitam as

propriedades agrícolas e pela manhã descobríssemos que nosso terreno havia se reduzido de modo incompreensível.

Tendo em conta o mal que nos ocasionam os comunistas através de suas frequentes incursões no campo de nossa ideologia, também nós temos que vigiar e defender a pureza de nossas ideias fundamentais. É necessário que, de vez em quando, seja submetido a exame nosso próprio vocabulário, nossos próprios lemas, e nos detenhamos especialmente naquelas que com mais frequência empregamos na luta política e as consideramos como um bem intelectual definitivamente adquirido. Em outras palavras: temos que revisar, de vez em quando, o "projétil de nossa artilharia pesada", refazer as medições, para que os projéteis ideológicos caiam exatamente onde devem cair, nem mais acima nem mais abaixo, nem mais para a direita nem mais para a esquerda, senão no centro nervoso da política de um país. Por um lado, nossas ideias têm que desmascarar o inimigo, por outro, atrai como um imã às massas populares, convencendo-as da justiça e da razão de nossa causa.

Um instrumento de propaganda que os comunistas utilizam, com maior frequência e com maior êxito, na batalha ideológica contra nós é a extensão abusiva do vocábulo “fascismo” a realidades diferentes da que representou o regime político instaurado por Mussolini na Itália. A este tipo de fascismo, dilatado e genérico, sem nenhuma motivação objetiva, eles, os puros, os imaculados, “os verdadeiros defensores do povo”, opõem com seu “antifascismo”. Em qualquer lugar onde os comunistas tropeçam com uma resistência forte a seus planos de dominação mundial aplicam indistintamente o rótulo de “fascismo” ou “fascista”, sem interessar-se por que classe de homens há na trincheira adiante ou que fonte doutrinária inspira sua resistência. Eles inserem na categoria de fascismo todo grupo político, todo regime, todo setor da opinião pública, toda personalidade, toda revista, qualquer gazeta que se oponha a sua ditadura sangrenta e denuncie o perigo.

A fraude intelectual e propagandística se realizou em duas etapas:

– primeiramente, assimilaram, entre as guerras mundiais, todos os movimentos nacionais ao fascismo, apesar de cada um destes ter se manifestado com personalidade própria e de haver entre eles diferenças substanciais;

– durante e depois da guerra alargaram a esfera de aplicação do fascismo, dando este nome a todas as resistências, de qualquer natureza, que encontravam em sua luta para subjugar outros povos.

Invertamos as coisas e comecemos com os últimos exemplos; por aqueles que se referem à oposição do comunismo contra sistemas totalmente distintos dos movimentos nacionais, para demonstrar a perfídia, a má fé e a falta de escrúpulos dos marxistas.

Na primavera de 1943, os alemães descobriram em fossas comuns na região de Katyn, próximo de Smolensk, os cadáveres de 11.000 oficiais poloneses feitos prisioneiros pelo exército russo, e dos quais nada se sabia após sua captura. A comissão encarregada da investigação, integrada por representantes de todas as nações que lutavam

ao lado das potências do Eixo, chegou à conclusão de que os assassinatos haviam sido perpetrados pela polícia soviética. Diante desta descoberta macabra, o general Sikorsky, chefe do Governo polonês no exílio, pediu aos aliados para que permitissem que uma comissão da Cruz Vermelha se deslocasse a Katyn, na Rússia, para estabelecer a verdade. Quando Stalin se inteirou quanto à petição do Governo polaco protestou com a maior indignação frente aos ingleses e americanos, acusando ao general Sikorsky de "fascista" e cúmplice de Hitler. Com esta intervenção, dizia Stalin, queria desacreditar o "bom nome" da União Soviética. Evidentemente, a Cruz Vermelha jamais chegou ao lugar do crime, apesar do Governo alemão ter estado disposto a conceder toda espécie de facilidades para o cumprimento da missão. O general Sikorsky faleceu pouco tempo mais tarde, num estranho acidente de avião.

Porém tampouco o governo polonês que se constituiu após a morte do general gozou de melhor acolhimento em Moscou. Stalin queria a qualquer custo impedir a restauração de uma Polônia independente. Sempre que o Governo

polaco no exílio estava pronto para fazer valer seu direito de ser o único representante legal e legítimo do Estado polonês nos territórios recém-libertos, eram rechaçados por Moscou, sob o pretexto de ser "fascista". Artur Bliss Lane, embaixador dos Estados Unidos na Varsóvia entre os anos de 1945 e 1946, em seu conhecido livro "*Eu vi a Polônia traída*", expõe todas as argúcias e toda a má fé do Governo comunista instaurado por Moscou sempre que se tentava intervir pelo respeito das liberdades nacionais do povo polaco. Quando faltavam argumentos aos comunistas polacos, então replicavam sempre com a conhecida e absurda acusação de que os líderes dos partidos democráticos seriam "fascistas" incorrigíveis. De todos os líderes poloneses no exílio, o mais flexível e mais disposto a uma colaboração com os comunistas era Mikolajczyk, o chefe do partido camponês. Voltou ao país, porém, depois de assistir impotente às fraudes eleitorais, foi expulso do Governo, e lhe esperava a morte se não houvesse logrado fugir para o mundo livre.

Molotov considerava o exército polaco do general Anders como um exército integrado por

“fascistas”, apesar de este haver participado na ocupação da Itália fascista e ter se coberto de glória na luta contra os alemães. Os soldados deste exército, em sua imensa maioria, não queriam regressar a um país submetido ao controle de Moscou – um crime suficientemente grave aos olhos de Molotov para incluí-lo na categoria, já estendida em todo o mundo, de “fascismo”.

Forrestal, o antigo secretário de Estado norte-americano da Marinha, descreve em seu “*Diário”* a atmosfera que reinava em Washington durante a guerra. Bastava, por parte de um homem político, chamar a atenção à Administração acerca das excessivas concessões feitas pelo Governo americano a favor dos soviéticos na Europa para que fosse estigmatizado como “fascista”. O secretário de Estado, Byrnes, durante a conferência de Londres do mês de setembro de 1945, se opôs ao reconhecimento dos Governos da Romênia, Hungria e Bulgária pela razão de que estes governos não haviam sido livremente eleitos, senão impostos à força pelo exército de ocupação soviético. Em seguida a imprensa comunista de Moscou e de todo mundo começou a atacar-lhe,

acusando-lhe de “fascista”. Nem sequer o presidente Truman se livrou da acusação – o mesmo Truman que havia prestado tantos serviços a Stalin na conferência de Potsdam. Quando inaugurou a política de expansão comunista na Europa, através de ajuda econômica à Grécia e Turquia, em março de 1947, não raras vezes os comunistas tornaram a falar do “fascista” Truman.

Na Romênia ocupada pelos soviéticos foi nomeado chefe de Governo, em dezembro de 1944, o general Radescu, que parecia ser *persona grata* para Moscou. Este homem poderia ser acusado de todos os pecados, menos de haver sido “fascista”. Ele havia se oposto ao regime militar do marechal Antonescu, inclusive chegou a ser internado num campo de concentração, devido à sua atitude. Pois bem: quando o general Radescu não quis patrocinar a monopolização total do poder por parte dos comunistas, e tomou a decisão de pôr as tropas às ruas para restabelecer a ordem contra as hordas comunistas que aterrorizavam a população, perdeu todo o seu crédito diante de Moscou. O rei foi obrigado a destituí-lo. A principal acusação que se imputava ao general

Radescu por parte de Vychinsky, quem deu um ultimato ao rei, foi aquela de haver querido instaurar o "fascismo" na Romênia.

Não faz falta falar do senador McCarthy, foi vítima da mesma odiosa campanha por ter querido depurar à Administração norte-americana das infiltrações comunistas e do general MacArthur, apelidado de "general fascista", posto que desejava dirigir a guerra da Coreia conforme as regras da guerra, destruindo o potencial do inimigo, e não através do sistema de "santuários", utilizado mais tarde na guerra do Vietnã.

Depois da guerra e até nossos dias se proliferou o vocábulo "fascismo" na campanha de propaganda dos comunistas em tal medida que quem quer que leia a imprensa tem a impressão de que a humanidade se encontra sob o perigo da ressurreição de uma poderosa força "fascista", como nos tempos de Hitler e Mussolini. Em absolutamente nada corresponde esta situação com a realidade. Não encontramos o "fascismo" senão nos livros de História. Os comunistas estenderam a aplicação do termo aos mais heterogêneos grupos políticos, os quais não tem nada mais em comum

que o anticomunismo. Todas as juntas militares que intervieram num dado momento crítico de suas respectivas nações para salvá-las da anarquia foram batizadas de Juntas "fascistas". Quando os coronéis tomaram o poder na Grécia, falou-se na imprensa internacional em "golpe fascista". Outra Junta militar "fascista" descobriram os comunistas no Chile, quando o exército expulso do poder o governo pró-comunista de Allende. Porém quando uma Junta militar infiltrada por comunistas leva a cabo uma operação de sinal oposto e derruba a um regime de ordem, como sucedeu-se em Portugal e na Etiópia, então cessa, como por mágica, de ser "fascista", e, ao contrário, é saudada como um "Exército Popular".

Não se livram desta acusação de "fascismo" mesmo os grupos conservadores, os moderados, os democratas cristãos, os social democratas, quando recusam tomar parte em alianças de tipo frente popular e se opõem à implantação da ditadura comunista.

Inclusive os comunistas que tentam emancipar suas pátrias da tutela de Moscou, tratando de retornar a um governo nacional, lhes caem

acusações de “fascismo”, e são eliminados sem piedade, como foram Nagy e Maleter, na Hungria, ou Dubcek, na Tchecoslováquia.

3. A verdadeira grandeza de Mussolini

Em um artigo sobre o “fascismo”, publicado no “*Le Figaro*” de 6 de outubro de 1974, o escritor Thierry Maulnier se ocupa do estranho destino deste vocábulo. A que se deve o fato de que o fascismo tenha transbordado as fronteiras do país em que nasceu e seu sentido inicial para ser aplicado a regimes tão distintos? Na guerra dos vocábulos o fascismo deixou há muito para trás seu colega, o “nacional-socialismo”, apesar de o último haver representado para as democracias e para o comunismo um perigo muito maior que aquele.

Na batalha da terminologia se impôs o “fascismo”, convertendo-se na denominação capital de acusação empregada pelos comunistas contra seus adversários, sem distinção alguma de origem ou de conceito. Maulnier apresenta o problema, mas não o resolve satisfatoriamente. Crê que devido à

comodidade propagandística generalizou-se o fascismo porque esta fórmula fez sua aparição antes que o nazismo, o que não nos parece exato; não foi sobre uma base cronológica, sobre uma prioridade no tempo, que se impôs o fascismo na propaganda do inimigo, senão devido a outras razões de maior importância. Não sem fundamento os comunistas descarregaram toda sua fúria contra o fascismo e continuam atualmente sua perseguição como se tivessem medo também de sua evocação nostálgica. Não por comodidade propagandística, mas por uma causa objetiva, o "fascismo" domina o vocabulário comunista quando atacam a seus oponentes.

Toda a estratégia comunista de conquista mundial se baseia sobre a ideia da luta de classes. Para conquistar o mundo antes deve se conquistar aos povos que integram a Humanidade. A luta de classes serve como uma espécie de alavanca para arremessar ao céu as nações. A questão operária – dizem os comunistas – não pode ser resolvida dentro da nação. É um assunto universal. Na luta para a realização da justiça social estão comprometidas todas as massas proletárias de todas as nações, muito além das fronteiras

existentes. O proletariado não tem pátria. A condição prévia para a vitória do proletariado contra as classes exploradoras é a destruição destas entidades sociais fechadas, que são as nações, e que impedem a marcha da história rumo a outra fase, onde não existirá mais que uma sociedade sem classes, dirigida por uma organização mundial.

Pois bem: quando os comunistas falavam acerca de seu triunfo, ao fim da primeira guerra mundial, quando no cenário político não haviam mais que liberais e comunistas, e quando a crise do sistema liberal conduzia irremissivelmente à comunistização do mundo, naquele momento de encruzilhada, quando a Europa parecia cair em suas mãos como fruto já maduro, aparece Mussolini, com a terceira alternativa política, que foi o fascismo. Que dizia Mussolini? Uma coisa muito simples, em aparência. Não é necessário dinamitar as nações para se conseguir a justiça para o trabalhador. A justiça social se pode lograr em excelentes condições, permanecendo intacta a nação. Sem nenhuma Internacional, senão exclusivamente através da utilização perspicaz dos bens nacionais podemos satisfazer a fome de

justiça das classes trabalhadoras. Estas coisas foram também enunciadas por outros pensadores antes de Mussolini. Porém foi mérito de Mussolini ter sido o primeiro a realizar a demonstração prático-política desta teoria, onde o nacional pode conciliar-se perfeitamente com o social. Ele criou um Estado onde a fórmula para se resolver os conflitos sociais a nível nacional e sob a autoridade do Estado revelou-se viável.

A Europa, desde o ano 1918, vivia em plena anarquia e parecia destinada a ser tragada pelo vendaval das agitações comunistas. Havia distúrbios e revoluções por todo lado. De repente o sol se ilumina e, como um raio, estala o fenômeno fascista. Um novo exército político faz sua aparição. Entrando em competição com o comunismo, Mussolini deu o exemplo; foi o precursor desta crucial experiência histórica. Nem liberalismo nem comunismo, mas uma economia em que as contradições podiam ser aplainadas segundo o interesse de todos. Mussolini demonstrou que a questão operária pode ser resolvida por meios nacionais, sem necessidade de alienar a soberania nacional e sem cair na órbita do

imperialismo comunista. Seguindo o modelo mussoliniano, outros Estados resolveram também suas dificuldades sociais, e até hoje a experiência é válida. Mussolini fez esta formidável demonstração política que atrasou o processo de comunistização da Europa por mais de dois decênios. As turvas águas do ano de 1918 se retiraram a seus leitos, e os bolcheviques tiveram que contentar-se em dirigir a Rússia, deixando para outra ocasião a empresa de lançar-se contra a Europa.

Este conceito já não é fascismo, mas uma experiência política muito mais importante que o fascismo; é uma nova era que se abriu para a Humanidade atormentada e sofrida pela calamidade social; A solução mussoliniana segue mantendo sua validez para todos os povos que querem conservar sua independência nacional, e muitos Estados a aplicam sem recordá-la, pelo medo de cair vítima da campanha de difamação que se levanta contra os “fascistas”.

O fascismo desapareceu como movimento e como estado, porém a fórmula mussoliniana de harmonizar os interesses sociais sob a égide do

Estado continua colhendo êxitos. A maneira de aplicação desta fórmula é questão interna de cada Estado, porém sua essência não se modificou. Quem quer salvaguardar a independência nacional dos tentáculos do bolchevismo não pode refugiar-se no liberalismo, posto que esta política significa o comprometimento inevitável da nação ao caminho da ditadura comunista. Somente o Estado nacional, com a tutela fraternal de todas as suas classes, de todas as profissões e de todos os interesses, pode integrar a massa trabalhadora no Estado, evitando assim que caia nas mãos dos sem pátria e sem Deus.

O fascismo, como projeção no Estado, é coisa totalmente diversa. No fascismo se incorporam uma multitude de elementos, de fatores, dos quais alguns não nos agradam. O fascismo é um fenômeno especificamente italiano, com seu perfil característico e inimitável. Porém esta genial visão do problema social por parte de Mussolini representa um conceito infinitamente mais importante que sua criação política. Foi ele quem primeiro demonstrou que se pode sair do beco sem saída social, resíduo dos Governos liberais, sem

recorrer à solução comunista e sem entregar o país ao bolchevismo. Este terceiro caminho, que não é fascismo, que é algo que supera o fascismo, permanece aberto a todos os povos que desejam salvar sua independência nacional. A justiça social, grita Mussolini de seu jazigo, é compatível com a nação e não é preciso recorrer à solução sem retorno do marxismo, onde não vamos encontrar mais que a escravidão e a morte.

Agora se pode melhor compreender este ódio mortal dos comunistas contra o fascismo. Não porque existira um perigo fascista, não porque há risco do fascismo ressuscitar no mundo, senão para que os povos não tomem o caminho indicado por Mussolini, o caminho da cooperação social, da síntese do trabalho sob a autoridade do Estado, para fortalecer-se e defender-se de experiências desastrosas.

4. Os movimentos nacionais não são fascismos

Voltemos agora aos movimentos nacionalistas que irromperam na História, entre as grandes guerras, para ver que relações possuem com o

fascismo. Podem ser declarados todos “fascistas”, como temos ouvido há cinquenta anos pelas bocas dos comunistas e de suas sucursais no Ocidente, ou representam cada um deles uma criação específica de seus respectivos povos e independente do fenômeno italiano? São estes movimentos simples imitações do fascismo ou se impuseram na política europeia mediante uma personalidade própria, claramente definida, a qual não se presta a nenhuma confusão?

Desde o primeiro momento temos que excluir da categoria de fascismo aos movimentos nacionalistas franceses. Estes movimentos não tiveram a necessidade de buscar fora de suas fronteiras ideais ou impulsos para seu próprio lançamento, posto que dispunham em sua pátria de uma longa tradição nacionalista. A França não é somente a pátria da Revolução que leva seu nome, senão também a pátria do nacionalismo. Na França da fórmula trinitária, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, se produziu também a ração contra o individualismo e o liberalismo. Esta ruptura do conceito cosmopolita da Revolução francesa data do fim do século XIX, isto é, com trinta anos de

antecedência à aparição do fascismo. O nacionalismo, como doutrina universal, se inicia com Edouard Drumont, Maurice Barrés e continua com Paul Bourget, Charles Maurras e Léon Daudet.[2] As teses fundamentais do nacionalismo foram definidas por este grupo de pensadores franceses nos últimos dez anos do último século. Inclusive a interpretação do vocábulo "nacionalismo", da forma como compreendemos hoje, se deve à escola francesa. A Action Française apareceu em 1899, alcançando seu ponto culminante entre os anos 1932-1933. Deste grupo, como de uma matriz, se desprenderam logo as demais formações nacionalistas francesas, de grande variedade. Podemos fazer a afirmação inversa, de que o fascismo deve algo ao nacionalismo francês. Corradini, o fundador do nacionalismo italiano e o precursor ideológico de Mussolini, iniciou suas atividades depois de 1902, momento em que o pensamento nacionalista francês estava formulado e era já conhecido em toda a Europa.

---

[2] Não sendo possível lhes acoimar fascistas, os marxistas assumiram nova prática: impuseram-lhes a alcunha de protofascistas, na tentativa de invalidar o conjunto de sua obra (N.T.).

Tratemos agora o tema do nacional-socialismo. Por maior que fosse o esforço, seria impossível sustentar que o nazismo é um derivado do fascismo. Nem cronologicamente nem do ponto de vista doutrinário. Os dois movimentos surgiram ao mesmo tempo. Hitler tira da obscuridade o partido em que havia ingressado em 1919, mesmo ano em que Mussolini fundava os primeiros "Fascios de Combate". Em questão de doutrina, as distâncias são consideráveis, tanto de origem, de fonte de inspiração, assim como de orientação geral. Hitler definiu consequentemente sua tese política em função da ideia de raça, o que não encontramos no fascismo.

Tampouco o Movimento Legionário da Romênia é tributário do fascismo, apesar de frequentemente se ouvir que foi uma extensão do regime italiano e, depois de 1933, de Hitler. É verdade que o Movimento Legionário, cronologicamente, pudesse ter sofrido influência do fascismo, porque nasceu em 1927. Porém considerando que o fundador da Legião, Corneliu Codreanu, iniciou sua luta contra o comunismo no ano de 1919, já desde as carteiras da Universidade,

e que esta fase prematura de sua atividade política em nada difere de sua orientação posterior, podendo denominá-la de pré-legionarismo, do que resulta que não somente não podemos anexá-lo ao fascismo, mas devemos mesmo que situá-los junto à galeria dos precursores do nacionalismo europeu. De fato, Hitler, Mussolini e Codreanu pertencem a uma mesma geração política, apesar de haver uma grande diferença de idade entre o último e os primeiros. Mussolini e Hitler haviam feito a guerra, enquanto Corneliu Codreanu pertencia à geração pós-bélica. Os três se desenvolveram independentemente um do outro, sem ter em comum outra coisa que a represa que haviam erguido com seus peitos contra a ameaça comunista.

A doutrina legionária tem características inconfundíveis, que a separa claramente tanto do fascismo como do nacional-socialismo. O conhecido doutrinário italiano Julius Evola, falecido em 1974, esteve em Bucareste quando ainda era vivo o capitão Codreanu. Celebrou uma entrevista com ele, abordando precisamente este tema. Para explicar o que distingue o legionarismo

do fascismo e nazismo, Codreanu utilizou a seguinte comparação:

- O Fascismo é como um traje com que o homem se cobre. Impõe seu aspecto no Estado, sobre a forma exterior da nação.
- O Nacional-Socialismo aparta por um lado o traje e descobre o corpo do indivíduo, com sua estrutura racial.
- O legionarismo realiza uma penetração ainda mais profunda, alcançando a alma do indivíduo. Todos os problemas da nação, os enfoca através da perspectiva interior do homem.

Creio que esta explicação de Codreanu é correta também para o movimento falangista.

Tampouco à Falange Espanhola pode se lhe atribuir prestamos doutrinários vindos do exterior. A questão foi esclarecida pelo próprio fundador da Falange, José Antonio Primo de Rivera, e, depois dele, através de dezenas de artigos e obras, pelos mais ilustres representantes do Movimento. A aparição da Falange foi acolhida com uma chuva de calúnias, da mesma espécie que teve de suportar

o Movimento Legionário: “movimento fascista”; “cópia do fascismo”. José Antonio desmascarou em repetidas ocasiões aos caluniadores, entre os quais não faltavam os assim denominados partidos de direita. No discurso de Proclamação da Falange das J.O.N.S. de 4 de março de 1934 dizia com amargura:

“Todos sabem que mentem quando dizem de nós que somos uma cópia do fascismo italiano”.

Explicando a razão de ter rechaçado o convite para participar do Congresso de Montreux de dezembro de 1934, convocado pelo Comitê de Ação da Universidade de Roma, entre outras coisas, declarou:

“Por outra parte, a Falange Espanhola das JONS não é um movimento fascista; tem com o fascismo algumas coincidências em pontos essenciais de valor universal; porém vai perfilando-se a cada dia com caráter peculiar e está segura de encontrar precisamente por este caminho suas possibilidades mais fecundas.”

A influência do fascismo na Bélgica não teve relevância. O polo de atração do pensamento nacionalista belga foi Charles Maurras. Quanto ao

mais importante movimento nacionalista belga, o Rexismo, teremos a surpresa de comprovar que não houve qualquer ponto de contato com o Fascismo. León Degrelle se formou na escola do tradicionalismo católico. Sendo estudante, ingressou na Action Catholique de la Jeunesse Belge e se destacou como um dos mais entusiasmados ativistas desta organização religiosa. Inclusive o apelido de seu movimento, de Rex, o Movimento Rexista, procede dos meios católicos, donde recebeu sua educação. O mote propagandístico da Juventude Católica Belga era "Christus Rex". Em 1935 se separa desta organização e ergue as bases de seu próprio movimento, conservando o nome de Rex. Nas eleições de 1936 conseguiu grande êxito eleitoral, sem recorrer a nenhum programa fascista e sem agitar as massas eleitorais com ideias precedentes das margens do Tibre.

Eis aqui como se falsifica a História, atribuindo a um movimento de clara ascendência nacional-católica uma origem fascista.

Quando foi derrocado o regime salazarista em Portugal, em abril de 1974, Moscou e todos os

partidos comunistas do mundo haviam saudado o acontecimento como "uma nova derrota do fascismo" no mundo, podíamos ler na grande imprensa internacional, controlada pela conspiração comunista. Que há na verdade neste grito de alegria dos comunistas e de seus aliados no Ocidente, os liberais de esquerda?

Não se pode estabelecer nenhum parentesco ideológico entre o regime fundado por Salazar e o Fascismo. Em Portugal existiu uma velha tradição nacionalista anterior a este regime e anterior ao fascismo. As primeiras manifestações do nacionalismo português datam do começo do século XX, como nos informa Ploncard d'Assac em sua excelente obra "*As doutrinas do nacionalismo*". Os pioneiros do nacionalismo lusitano sofreram uma certa influência somente por parte da escola francesa. Em Portugal já se havia formado uma geração de pensadores nacionalistas da mais séria proporção antes do surgimento do fascismo. Estes estavam tão orgulhosos de sua originalidade e da profundidade de suas ideias que acreditavam mesmo que Portugal havia sido chamado pela Providência para

servir de modelo de organização para toda a Europa. Antônio Sardinha, um dos mais intrépidos interpretadores do nacionalismo português, expressou a mesma ideia pouco antes da marcha sobre Roma:

"Em razão da extrema desagregação à que chegou o Estado, quiçá lhe será reservado a Portugal o destino glorioso de inaugurar a Nova Ordem na Europa; se deve assim ser – e creio que assim será – teremos recobrado nossa vocação apostólica de povo conquistador e explorador, levantando contra o furacão maximalista do Oriente o maximalismo cristão do mundo ocidental".

Salazar pertencia à mesma geração. Não lhe fazia falta recorrer a prestamos ideológicos estrangeiros quando dispunha do cabedal doutrinário da velha escola nacionalista portuguesa. Segundo afirma Ploncard d"Assac, Salazar jamais se deixou atrair pela fórmula de governo fascista ou nacional-socialista, apesar de haver configurado o Novo Estado português na época de ascensão das grandes revoluções nacionais. Rechaçou toda estrutura totalitária. A

autoridade, dizia ele, deve ser limitada pela liberdade individual, pelos direitos da família e pelo livre desenvolvimento das instituições religiosas. Mesmo o historiador alemão contemporâneo Nolte, que comete o erro monumental em assimilar todos os movimentos nacionais ao fascismo, admite que o regime de Salazar constituiu uma exceção e não pode ser considerado um Estado fascista.

Na história do nacionalismo magiar, depois da primeira guerra mundial, se distinguem com clareza duas fases: uma que se desenvolve ao mesmo tempo que a ascensão de Hitler na Alemanha, quando sente a influência de seus êxitos na política da Hungria: se constituem agrupações com o mesmo nome e os mesmos ideais que o nazismo alemão. Porém estas organizações não atingem a maturidade. Não se podem consolidar e não perduram. Se leva a cabo um grande número de experiências e combinações nacionalistas e todas naufragam, até que faz sua aparição o nome providencial que compreende que não se pode edificar um movimento nacional com os princípios inerentes a outros povos. Desde o

primeiro momento, Ferenc Szálasy, o fundador do movimento nacionalista magiar, sublinhou que seu programa é distinto do nacional-socialismo alemão. Seu conceito de governar se baseia numa política cristã, nacional e popular. Era admirador de Corneliu Codreanu, e quando soube de seu assassinato interrompeu um comício em que discursava e pediu ao público que guardassem um minuto de silêncio.

Ainda que todas as demais agrupações nacionalistas daquele país tenham sido devoradas pela História, somente o movimento de Szálasy conseguiu sobreviver ao cataclismo da segunda guerra mundial. Seus partidos, disseminados por todo o mundo, lhe asseguram até hoje uma fidelidade inquebrável e um verdadeiro culto.

Nossa surpresa será ainda maior quando descobrimos que movimentos de independência nacional que não pertenciam sequer à área do nacionalismo, assim como o entendemos hoje, foram atirados no rol dos fascistas. Na Europa oriental há uma série de povos que até o momento não puderam emancipar-se politicamente, nem puderam organizar-se em Estados nacionais,

graças às infelizes circunstâncias históricas. Temos os ucranianos na Rússia, os croatas na Iugoslávia e os Eslovacos na Tchecoslováquia. Estes povos foram incorporados a entidades estatais alheias a suas aspirações, seja pela força, seja pela consequência de tratados injustos. Estes povos continuam agora lutando para que se lhes reconheçam também o seu direito decidir por conta própria sua sorte, segundo o famoso Princípio das Nacionalidades.

O vocábulo Nacionalismo tem duas acepções distintas, uma mais antiga e outra mais recente. Até fins do século XIX se entendia por Nacionalismo o movimento de emancipação dos povos que se encontravam submetidos a potências estrangeiras. A constituição dos Estados nacionais da Grécia, Itália, Romênia e Sérvia foram a obra dos nacionalistas destes países. Somente com a escola francesa o nacionalismo muda de significado, adquirindo aquele que conhecemos agora. O nacionalismo não se refere mais ao território ou à libertação política dos povos, a sua constituição em povos soberanos, a sua unidade territorial, mas à essência destes Estados, à seu conteúdo vivo, à

nação. Na França nasceu uma ciência do Nacionalismo que investigou e estabeleceu as leis e os princípios que governam as vidas dos povos e cujo desconhecimento leva à sua decadência e desaparecimento. Este tipo de nacionalismo não é aplicável todavia aos povos que não alcançaram o estado de independência política. Uma nação subjugada deve lutar, em primeiro lugar, para forjar seu próprio Estado, para ganhar o título de povo soberano. Somente depois do cumprimento do ideal da idade nacional se planta a questão de como deve administrar-se melhor seu patrimônio geográfico, físico, biológico, cultural, etc., para representar algo no mundo.

Na Croácia, depois da primeira guerra mundial, se constituiu o movimento Ustaše, sob o comando de Ante Pavelic; na Eslováquia surgiu a Guarda Hlinka, assim denominada segundo o nome do sacerdote Hlinka, que a havia fundado, e na Ucrânia, a Organização dos Nacionalistas Ucranianos de Stepan Bandera. Porém à estes movimentos somente sua organização e eficácia na luta representaram um novidade; pois que eles continuaram aspirações nacionais muito mais

antigas, herdadas do século XIX e inclusive antes deste. Estes movimentos lutam pelo mesmo ideal que lutaram também seus antepassados, para o reconhecimento do direito de seus povos constituírem-se em Estados nacionais, condição alcançada já pelos espanhóis, ingleses e franceses, com séculos de antecipação, e pelos alemães, italianos, gregos e romenos, somente no século passado. Eis aqui com que facilidade se falsifica a História, transformando uma luta secular de povos privados de sua liberdade em uma irrupção do fascismo.

Com a mesma falta de escrúpulos e libertinagem histórica assimilou-se logo ao Fascismo uma série de regimes ditatoriais surgidos na Europa depois da primeira guerra mundial; o regime do marechal Pilsudsky, na Polônia; o regime do almirante Horthy, na Hungria; o regime do chanceler Dollfuss, na Áustria, e o regime de Carol II na Romênia. O marechal Pilsudsky instaurou na Polônia uma ditadura militar, assim como existiram muitas outras na História, sem ter nada em comum com o Fascismo. Se analisarmos a composição das demais ditaduras, de Horthy, de

Dollfuss e do rei Carol II, encontramos coisas todavia mais diferentes. Não somente não se inspiraram no nacionalismo, como perseguiram também a movimentos nacionalistas. Estes regimes copiaram algo do aspecto exterior do Fascismo, por estar em moda na Europa que parecia destinada a ser dominada pelas potências do Eixo, e também para ocultar sua natureza oligárquica e antinacional. Com a ajuda desta dissimulação política realizaram logo operações de destruição dos autênticos movimentos nacionalistas para impedir sua ascensão ao poder. Dollfuss foi um implacável inimigo do nacional-socialismo. O movimento Hungarista de Szálasy foi dissolvido sob o regime de Horthy, e seu chefe, detido e condenado. Na Romênia, a *mise-en-scène* do fascismo custou o sangue dos melhores filhos de nossa nação. O rei Carol II imitou perfeitamente os regimes da Itália e da Alemanha: partido único, organização da juventude, uniformes, saudação com o braço erguido, formações paramilitares, serviço social, frente unitária dos trabalhadores, etc. Porém ainda que introduzisse essas estruturas de origem fascista se assassinava Corneliu

Codreanu e toda a elite legionária, caindo vítimas da orgia de sangue mesmo aqueles combatentes que retornaram da guerra civil espanhola. Esta ficção fascista romena enganou aos dirigentes e Roma e aos de Berlim. Os representantes do rei Carol II foram acolhidos com todas as honras por parte dos governos alemão e italiano; se lhes concederam condecorações, sendo tratados como se fossem mesmo correligionários do mesmo ideal de renascimento europeu. Um regime criado para destruir o nacionalismo chegou a representar "a nova ordem europeia".

Neste estudo nos referimos aos grandes movimentos nacionalistas, àquelas formações que deixaram sua marca na História, mediante a audiência que tiveram no povo e pela influência que exerceram no Estado, se encontraram tanto no poder como na oposição. Além destes movimentos de grande prestígio existiram, em quase todos os países, grupos menores que navegavam na mesma corrente nacionalista, que erguiam os mesmos lemas patrióticos, porém que sofreram poderosamente a atração do fascismo e do nacional-socialismo. O triunfo das revoluções

nacionalistas da Itália e Alemanha fez com que certos homens transplantassem a seu próprio país o programa e forma de organização que foram descobertas além de suas fronteiras, estimando que estas foram a causa destes êxitos espetaculares. Eles imaginavam que era suficiente aplicar em sua casa as receitas políticas da Itália e Alemanha para obter um movimento poderoso que lhes colocaria no poder. Nada mais incorreto. Por esta mesma dependência dos moldes e exemplos estrangeiros estes grupos se autoanularam. Eles não puderam alcançar a maturidade, a plenitude e foram condenados a vegetar na periferia da História, até que se extingam. Quem se recorda hoje da Fascia Nacional Romena, fundada em 1923, ou do Partido Nacional-Socialista Romeno? Os menciono como simples curiosidades históricas. A nação repudia as imitações. Toda ação de copiar umas fórmulas estrangeiras constitui uma experiência condenada desde já ao fracasso.

Os adversários do nacionalismo mesclam intencionalmente todos os movimentos surgidos em um país, colocando no mesmo plano a imitação e a autêntica manifestação de uma

nação, para convencer mais facilmente à opinião pública de sua tese, no sentido de que não existiu outra coisa na Europa, entre as grandes guerras, que variações do fascismo.

5. O Estado totalitário, criação marxista-leninista

Já que quanto à base doutrinária e política não se pode comprovar a filiação dos movimentos nacionalistas com o fascismo, os comunistas e seus cúmplices no ocidente buscaram especular quanto a outros elementos, de natureza secundária, para justificar sua campanha de acusações injustas e para conceder ainda uma maior envergadura a sua propaganda antinacionalista.

Em primeiro lugar, se referiram à ideia do Estado totalitário, como se este Estado fosse uma invenção dos movimentos nacionalistas, como se a responsabilidade da existência desta forma de Estado na História se devesse exclusivamente aos movimentos nacionais. Foram tão longe em sua campanha de denegrimento que se afirmou mesmo que cada movimento nacionalista, por mera

consequência de sua aparição, origina o totalitarismo. Tanto se escreveu e tanto se falou acerca do Estado totalitário fascista, nacional-socialista ou de outros movimentos que se olvidou ou se reduziu ao silêncio o verdadeiro criador do totalitarismo, o que lhe concebeu e aplicou primeiro. O primeiro país do mundo onde se organizou o poder político de forma totalitária foi a Rússia comunista, sob Lênin. O regime deste país serviu de modelo tanto para a China de Mao como para os demais estados comunistas constituídos na Europa oriental. Hitler e Mussolini, na medida em que organizaram seus respectivos Estados sobre bases totalitárias não foram mais que aprendizes de Stálin e Lênin. E então nos perguntamos: por que as grandes democracias ocidentais manifestaram tanto ódio e tanto desejo de destruição contra os Estados totalitários de origem nacionalista e se mostraram tão brandos e tolerantes com o arquétipo do totalitarismo implantado primeiro na Rússia e com os grandes responsáveis pela aparição desta odiosa forma de governo? É como se se condenasse aos menores diabinhos e se

tivesse em grande estima o comandante dos espíritos malignos, o Belzebu.

Atualmente o mundo está superficialmente informado sobre o que significa o Estado totalitário e como funciona nos países sob a dominação comunista. Por isto me permito a voltar sobre esta questão, da qual já tratamos. O totalitarismo do tipo comunista não se limita à coletivização dos meios de produção, à supressão da propriedade privada, ao exercício de uma atroz tirania, baseada no princípio do terror ilimitado, mas comete uma ação ainda mais grave: atenta contra a pessoa humana. Não somente tomaram do homem sua casa, sua terra, suas reses, suas ferramentas de trabalho, sua profissão, como também lhe expropriaram de seu próprio trabalho. Lhe enviam a trabalhar onde quer o Estado, pago com um salário estabelecido arbitrariamente, sem estar submetido a qualquer critério, muito inferior ao valor da produção por ele realizada. Porém a intervenção vai ainda mais longe. Não se limita ao aspecto puramente econômico da existência individual. Não respeita sequer a esfera privada do homem. Sua família sofre uma permanente

intromissão por parte do Estado. Os pais são obrigados a proporcionar aos filhos uma educação inspirada pelo partido comunista, a mantê-los apartados de toda influência religiosa, e de nenhum modo devem se atrever a corrigir as noções incutidas na escola, se lhes parece que contravêm às normas religiosas ou morais, já que se expõe a perder seu posto de trabalho. Tampouco se contenta o comunismo com o controle da família. Penetra também na vida íntima do indivíduo. Espia seus pensamentos, lhe espia qualquer movimento e qualquer conversa, e se observa o mais leve desvio contra a linha do partido, lhe detém e condena. Em cada família há ao menos um membro que está sob as mais graves ameaças, a realizar a tarefa de informante, de tal modo que os pais temem a seus próprios filhos; o marido, à sua esposa; os irmãos suspeitam-se entre si. A população do país é mantida como em uma imensa prisão, com as fronteiras do país hermeticamente fechadas. Entrar em contato com estrangeiros é um delito castigado pela lei. Os turistas e os autóctones constituem dois mundos à parte. O indivíduo não se pode manifestar em nenhum sentido, posto que

por todo lado tropeçará em obstáculos. Todos os caminhos lhe foram fechados: todas as possibilidades de afirmação pessoal lhe foram proibidas. O totalitarismo comunismo tende à expropriação da pessoa humana.

Este é o totalitarismo em sua autêntica acepção, tal como surgiu do diabólico cérebro de Marx e Engels, assim como foi aplicado na Rússia por Lênin e Stálin, e assim como existe até hoje nos países que malograram cair sob a dominação comunista. O indivíduo, com seus pensamentos íntimos, com seu mundo interior, é pura e simplesmente anulado. É tido como um objeto qualquer e é movido sem vontade própria. É um fator de produção e a única satisfação que se lhe permite é o trabalho. Não se concede ao homem maior consideração que a que se dá aos animais.

Nem o Estado nacional-socialista nem o fascista alcançaram a perfeição do Estado totalitário comunista. São pálidos reflexos deste último. O Estado hitlerista possuía, e é justo reconhecê-lo, uma polícia todo-poderosa, e a justiça havia sido relegada a um plano secundário, convertendo-se numa extensão do partido. Porém

em sua vida particular, em sua vida familiar, em sua profissão, os homens eram livres. Podiam usar do tempo que dispunham da forma melhor que lhes julgassem, e não deviam temer nada desde que não entrassem em conflito com as leis vigentes. Não existia esta espionagem generalizada, estendida sobre toda a população. Eram perseguidos e castigados aqueles indivíduos que eram descobertos como inimigos do Estado nacional-socialista, porém no foro pessoal podiam crer no que quisessem. Na Alemanha, mesmo durante a guerra, havia uma vida civilizada, diferentemente da Rússia ou na Romênia de hoje, onde o homem teme até mesmo a sua própria sombra.

No que se refere à Itália, o Estado totalitário não existiu mais que na imaginação dos detratores do fascismo. Mussolini foi chefe de um regime de ordem e autoridade, e nada mais. Seu governo foi brando, tolerante, humano. Não se produziram orgias de sangue nem grandes perseguições dirigidas contra seus adversários. A liberdade individual era respeitada e sua limitação se iniciava somente quando se tropeçava com o poder político.

6. O Movimento Nacional não é partido único

O Estado totalitário possui outro aspecto que deve também ser debatido: o partido único. O Estado é onipotente no totalitarismo; manda no indivíduo, porém existe outra entidade por trás do Estado, a que coordena a sua ação. Esta entidade é o partido único. O Estado é convertido numa extensão do partido único. Os membros deste partido ingressam os quadros dirigentes do Estado e decidem de modo soberano sobre os seus assuntos. Devido à mesma malévola propaganda se atribuiu ao fascismo, ao nacional-socialismo e aos demais movimentos nacionalistas a criação do partido único como instrumento de governo no Estado, quando, na realidade, o partido único data desde antes da aparição das grandes revoluções nacionais. O partido único foi invenção de Lênin, e todos que acusam Mussolini e Hitler da introdução desta forma de governo na Europa não buscam investigar a estrutura do regime bolchevique. O partido único é o produto do pensamento marxista, a primeira experiência deste

modelo se realizou firmemente na Rússia. O partido único é a coluna vertebral de todos os regimes comunistas no mundo.

Porém a questão é muito mais complexa. Erroneamente se fala de partidos únicos na Itália, na Alemanha, em outros países onde chegaram ao poder movimentos nacionalistas – erro em que caíram mesmo alguns dos teóricos de nossa estima. Deste modo, o professor Mihail Manoilescu, tratando da questão do partido único em uma obra bem conhecida, antes da segunda guerra, situa no mesmo plano, como sistema de governo, o fascismo, o nacional-socialismo e o comunismo, posto que estes Estados, acima de suas diferenças ideológicas, adotaram a fórmula do partido único. Na verdade, os movimentos nacionais, entre os quais se situam também o fascismo e o

nacional-socialismo, não são partidos propriamente ditos, apesar de levar algumas vezes este nome. O partido é uma fração da nação que entra em competição com outras frações pela conquista do poder. No caso do comunismo seu partido não passa de alguns milhares de homens, que dominaram e monopolizam o poder,

enganando ao povo e a outros revolucionários idealistas; logo se consolidam no governo pelo processo do terror ilimitado. Nenhum partido comunista se apoia no consenso unânime da nação ou de sua maioria. Os movimentos nacionalistas, ao contrário, têm estas características e gozam deste privilégio desconhecido tanto pelos comunistas como pelos partidos democráticos. Estes movimentos surgem como mananciais de água cristalina na montanha, e logo aumentam mais seu caudal, até alcançar as proporções de um verdadeiro rio... Se chamam movimentos porque põem em movimento todas as forças de uma nação, porque arrastam na luta política à nação inteira, com todas as suas classes sociais, e mesmo se não recorrem sistematicamente a eleições do tipo democrático, levam consigo a vontade do povo inteiro. Os movimentos nacionais são verdadeiras vocações coletivas, as quais sentem instintivamente que se dirigem a um destino glorioso. Os partidos políticos são aplastados e desaparecem nesta formidável libertação das energias de um povo.

Corneliu Codreanu deixou uma página magistral na qual explica a diferença que existe entre os movimentos nacionais, os partidos democráticos e as ditaduras totalitárias.

“Não quero fazer deste capítulo a crítica da ditadura, mas quero fazer notar que os movimentos da Europa, o fascismo, nacional-socialismo, movimento legionário, não são ditaduras, do mesmo modo não são tampouco democráticas.

Quem nos combate aos gritos de “abaixo a ditadura!”, “lutai contra as ditaduras!”, “cães da ditadura!”, não está nos atacando. Podem, no entanto, ferir a ditadura do proletariado.

A ditadura pressupõe a vontade de um só homem, forçosamente imposta aos demais homens do país. Tem por consequência duas vontades: por uma parte, a do ditador ou de seu grupo, e por outra, a do povo.

Quando esta vontade é imposta com violência e crueldade, então a ditadura se converte em tirania. Porém quando uma nação de 60 ou 40 milhões de almas, com entusiasmo indescritível e em uma maioria de 98%, aprova e aplaude devidamente as medidas do chefe, significa que a

vontade do chefe e a do povo estão em perfeito acordo.

Mais ainda: quando estas duas vontades se ajustam tão perfeitamente que não são sequer duas: é uma só, a da nação, e o chefe é a sua expressão.

Entre a vontade da nação e a vontade do chefe não existe mais que uma relação, a de expressão.

A partir do momento que o movimento nacional não tem caráter de ditadura, nos perguntamos: que é então? É democracia? Tampouco é democracia, porque o chefe não é eleito pela multidão. A democracia tem como base o sistema da eleição. Aqui nenhum chefe é eleito por meio das votações.

Se não é ditadura e não é democrática, que é então?

É uma nova forma de direção do Estado, até então desconhecida. Não sei que denominação tomará, porém é uma nova forma. Creio que tem em sua base este estado de ânimo, este estado de elevada consciência nacional, que depois se estende até a periferia do organismo nacional. É um estado de luz interior que antes se encontrava nas almas como instinto da raça e que neste

momento se reflete nas consciências criando um estado unânime de iluminação, semelhante ao que se encontra nas grandes experiências religiosas. Este estado poderia chamar-se justamente um estado de ecumenidade nacional.

Um povo inteiro chega à consciência de si mesmo, à consciência de seu destino no mundo.

Neste caso, o ditador não é já um "amo", um "ditador" que faz aquilo que lhe apetece, que governa como lhe apraz: é a expressão deste estado de espírito invisível, o símbolo deste estado de consciência. Não faz "aquilo que quer", mas "o que deve". E é guiado não por interesses individuais nem pelos coletivos, mas pelo interesse da nação inteira, interesse a cuja consciência chegaram os povos.

No quadro destes interesses, e somente neste quadro, encontra sua maior satisfação tanto os interesses pessoais como os coletivos."

Pode se ver, portanto, que os regimes que emanam de um movimento nacional não são ditaduras, nem regimes totalitários, nem partidos únicos que usurparam o poder e, tampouco se lhes pode chamar regimes autoritários, no sentido

clássico da palavra, posto que a autoridade destes Estados se baseia exclusivamente nas forças militares. Os regimes de estrutura nacional extraem seu poder da seiva da nação. A nação forma um corpo comum com o Estado, envolvendo-lhe por todas as partes e defendendo-lhe. Entre o exército e a nação não há separação ou antagonismo, senão uma compenetração e um mútuo apoio. São como dois pilares de um mesmo edifício. Estes estados têm uma solidez de ferro e não podem ser destruídos por dentro, enquanto a nação viver neste estado de tensão heroica e criadora.

Insistimos sobre estes pontos, aos quais ataca o comunismo quando incoa o processo contra os movimentos nacionalistas, para não deixar nada obscuro quando chegarmos à conclusão. Depois deste debate, resulta com clareza diáfana que os movimentos nacionalistas não são fascismos e não pode se explicar suas aparições como simples imitações do fascismo. Cada um deles representa algo à parte, uma criação política independente, uma expressão das necessidades e das aspirações da nação no seio da qual surgiram.

7. O nacionalismo salvou a Europa

Fica ainda por esclarecer uma questão histórica, para não deixar ao inimigo nenhuma possibilidade de esgrimir o vocábulo “fascismo” em nosso detrimento. Notou-se que os movimentos nacionalistas surgiram na Europa num intervalo de tempo relativamente curto, depois da Primeira Guerra Mundial, e até os anos 1930. E então os inimigos dizem: não veem que que nós estamos diante de um fenômeno parecido com aquele das revoluções que surgiram na França no século XIX e as quais se propagaram logo a outros países, originando revoltas e agitações em Viena, em Berlim, na Itália, em Bucareste, em Budapeste, na Polônia e na Espanha? Do mesmo modo os movimentos nacionalistas não são outra coisa que a multiplicação e a diversificação do fascismo vitorioso. Estes movimentos se propagaram desde um ponto geográfico bem estabelecido sobre o mapa, desde as orlas do rio Tibre. Não é a marcha sobre Roma responsável por

essa inquietação, por esta sacudida que se sentiu na Europa?

Nossa resposta: evidentemente que a vitória de Mussolini na Itália teve sua importância no despertar do espírito de outros povos. Foi um estímulo e um impulso; uma demonstração da possibilidade de sair da desordem liberal sem cair na ditadura do comunismo. Porém o exemplo mussoliniano não teria sido suficiente para formar uma nova consciência europeia, se não tivesse interferido outro fato. Os povos europeus se encontravam em crise naquele momento, em um estado de grande turbulência, muito graças à ameaça comunista, quando se manifestaram os primeiros sintomas nacionalistas. Estes povos buscavam febrilmente uma nova orientação política, um novo pavilhão de combate, em torno da qual pudessem agrupar-se para derrotar o iminente inimigo. Esta causa externa, este trovejas de armas que procedia de Moscou, esse cerco das hordas do Este aos santuários de nossa civilização, esta provocação marxista, constituiu o principal estímulo que determinou o aparecimento dos novos movimentos nacionalistas. A vitória de

Lênin, na Rússia, criou um estado de psicose revolucionária em toda Europa... A situação era tão caótica e tão desesperadora, que os pontífices da Internacional comunistas esperavam que, de um só golpe, poderiam converter-se nos mestres de nosso continente. No momento de angústia coletiva, quando as hostes do anticristo pareciam vitoriosas na Europa, se produziu o milagre. As nações contestaram à ofensiva marxista com a constituição de forças paraestatais, de exércitos políticos, de organizações temerárias, que, ao entrar em ação, fecharam o caminho ao inimigo.

A relação entre causa e efeito, entre as agitações comunistas e sua resposta, os movimentos nacionalistas, é bem estabelecida cronologicamente. Na Itália, os Fascios foram organizados por Mussolini em 191, pela necessidade de combater as tropas de assalto bolchevistas, que já não encontravam resistência alguma por parte das forças constituídas do Estado. Sem o terror gerado no seio da população da Baviera, devido à curta experiência da República Soviética de Munique, em abril de 1919, é pouco provável que Hitler poderia ter se erguido. Nem

Corneliu Codreanu teria se lançado ao combate na idade de vinte anos, não tivesse irrompido na Universidade os gorros vermelhos dos estudantes comunistas. O Falangismo se afirmou na Espanha, quando a República se deslizava vertiginosamente rumo ao comunismo.

Os movimentos nacionalistas foram forjados no campo de batalha, em um momento de grande perigo em toda Europa, quando a velha ordem se encontrava a ponto de derrubar-se. Os partidos de estilo liberal-democrata foram surpreendidos pela violência do ataque comunista, soterrados e reduzidos à impotência. Nestes momentos dramáticos, quando a Europa estava envolvida pelo pânico, um Mussolini, um Codreanu, um Hitler, um José Antonio, improvisaram uma nova linha de defesa e rechaçaram o inimigo. Cada movimento nacionalista, incluso o fascismo, surgiu, portanto, da necessidade de combater-se ao comunismo; cada um deles representava a reação das nações contra a ameaça do Este. Se quisermos descobrir algo comum na estrutura dos movimentos nacionalistas para explicar sua gênese, precisamente nas décadas de 1920 e 1930,

não temos que nos dirigir a Roma, mas a Moscou. As ondas vermelhas do Este, ao tropeçar com a represa erguida pelos nacionalistas, viram-se obrigados a retirar-se para seus leitos, nas estepes russas. Os movimentos nacionalistas representaram a nova ordem de batalha que as nações adotaram quando tiveram que enfrentar-se com a agressão comunista, assim como o organismo humano, quando é atacado por um micróbio desconhecido, prepara de sua própria substância novos meios de defesa. O fascismo italiano não é mais que um produto do medo do povo italiano frente o comunismo, exatamente com o mesmo título e posição que o legionarismo, o falangismo ou o nacional-socialismo. Nenhum movimento procede de outro, senão que todos responderam ao mesmo desafio marxista.

Têm ademais outras coisas em comum os movimentos nacionalistas, muito mais importantes que seu anticomunismo. Assim como indica seu próprio nome, todos estes movimentos têm uma raiz nacionalista. Isto explica também seu êxito na luta contra o comunismo. Onde surge um movimento nacionalista, o comunismo perde a

batalha. Onde o comunismo entre em confronto com as antigas estruturas do Estado, do tipo liberal, ali o comunismo tem todas as possibilidades de conquistar o poder. Se os movimentos nacionalistas, todos, sem exceção, contestaram com tanto vigor e valentia o assalto comunista, obrigando-lhe a retirar-se, isto se deve sem dúvida alguma às energias que emanam da nação, energias que foram capturadas por estes movimentos e lançadas contra o inimigo. O substrato nacionalista, comum a todos estes movimentos, explica sua forte reação anticomunista, em todos os países. O nacionalismo se opõe vigorosamente a todo intento internacional de violar a soberania do Estado nacional.

8. Distinguir Fascismo e Nacionalismo

Agora se compreende melhor o diabólico plano dos comunistas e porque devemos insistir tanto na separação do Nacionalismo do Fascismo. Os comunistas querem que a derrota que o fascismo sofreu em 1945 arraste também o nacionalismo. Este fato seria muito grave, posto

que o nacionalismo tem sua conexão íntima e direta com a nação, e se o nacionalismo, como conceito universal, é identificado com o fascismo e exposto ao mesmo tratamento histórico e político, pronto estará o momento da nação ser arrastada ao abismo. As acusações podem se desencadear até chegar ao objetivo que os comunistas buscam: a morte das nações.

Em resumo, o fascismo é uma espécie de nacionalismo. Do nacionalismo, como de um tronco, desprenderam-se todos os movimentos nacionais, entre os quais o fascismo, e não o inverso. O nacionalismo é responsável pela aparição de todos os movimentos nacionais no período entreguerras. O nacionalismo dos povos dos europeus se intensificou graças ao perigo comunista e então surgiram todos estes movimentos magníficos de autodefesa nacional. Os comunistas inverteram a ordem natural das coisas. Eles querem englobar o nacionalismo no fascismo e, uma vez realizada esta operação fraudulenta, dar um passo mais adiante, decretando responsáveis as nações pelo aparecimento do fascismo. Partindo do “abaixo o fascismo”, se não

prestarmos atenção, podemos chegar ao “abaixo a nação”, que leva em si o fermento nacionalista. Sacrificando o nacionalismo, como pretendem os comunistas, golpeamos ao mesmo tempo a nação, que é a base do nacionalismo.

O vocábulo “nacionalismo” sofreu no curso da História, e particularmente em nossa época, certas alterações, das quais se aproveitaram o inimigo. Por isso é tão importante retificar o sentido do nacionalismo, eliminando estes desvios. E, pois que o nacionalismo está intimamente ligado à nação, posto que não é outra coisa que a nação em marcha, a nação em estado de expansão, devemos em primeiro lugar explicar sua natureza. Uma vez esclarecida a estrutura da nação, será muito mais fácil formular a teoria do nacionalismo.

II. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO

1. A Nação e a lógica do conceito

Na parte anterior dissemos que não podíamos esclarecer o sentido da palavra “nacionalismo” sem que antes soubéssemos o que é a nação em si. O nacionalismo se refere à nação, e é a força que vincula os indivíduos nestes grandes grupos sociais, conhecidos pelo nome de nações.

Não é fácil estabelecer uma definição de nação. Todas as definições que encontramos nos tratados de Direito, História, Sociologia, Filosofia da Cultura, são incompletas ou vulneráveis. Não existe unidade de pensamento acerca do conceito de nação. E é compreensível esta discrepância de critérios, quando os investigadores desejam formular a essência da nação. A nação pertence aos valores eternos e estes valores, por sua própria natureza, são inacessíveis à razão. Os procedimentos da lógica não têm aplicação à nação e, sem exceções, quando buscamos lhe impomos um caráter e queremos lhe introduzir uma definição, rompe os moldes e volatiliza-se.

As nações se encontram envoltas em mistério, igual ao homem, igual a Deus. Possuem uma parte que nossa percepção não pode descobrir; assim como não como podemos tratar com indiferença o homem consciente, do mesmo modo como se nos ocupássemos de um mineral, de uma planta ou de um animal. Isto é, "Eu", o sujeito investigador aqui; e ali, o objeto da investigação, a nação. O indivíduo não é algo estranho à nação, e então não podemos nos comportar diante dela como se fosse um fragmento da natureza. A nação tem seu domicílio permanente em nossa alma, tem raízes no indivíduo, cresce e se desenvolve com a força de cada um. Pelo fato de que existimos, projetamos também à nação. No caso da nação, somos ao mesmo tempo sujeito, participantes de seu drama, somos atores, não meros espectadores. Entre a nação e o indivíduo não existem barreiras materiais, senão uma vida que se desenvolve concomitantemente em ambas entidades, mediante compenetração. Para entender a nação, devemos eleger um caminho inverso ao da exploração científica, isto é, devemos nos aprofundar em nós

mesmos, e completar nossos dados e referências com nossa experiência interior.

Para definir a nação, a grande maioria dos investigadores de todos os setores se fixou sobre sua parte visível, sobre o que cai sobre os sentidos e podemos descrever, exatamente, assim como se baseássemos a essência do homem exclusivamente através de sua aparência física. E este constituiu o erro capital dos investigadores. Eles se limitaram a examinar as características exteriores da nação - origem comum, território, população, raça, idioma, tradições, passado histórico, comunidade de cultura, Estado, religião em sentido confessional – para descobrir logo, nestas manifestações coletivas, àqueles elementos que se repetem, e que, conforme as regras da abstração, constituem a essência da nação. Porém a decepção foi grande. Cada vez se demonstrou, por parte de outros autores, que nenhum destes fatores se repete com a regularidade exigida pela lógica do conceito e que, por consequência, nenhum deles poderia ser proclamado vencedor, como representante da essência da nação. Existem nações sem unidade linguística, sem Estado, sem tradições comuns,

sem religião unitária, inclusive mesmo sem território. Os fatos são bem conhecidos, em qualquer tratado de sociologia. Um professor meu, de feliz reputação, conhecido nos meios universitários pelos seus conceitos cosmopolitas, desejava demonstrar que a nação, à que tanto queríamos, era uma ficção, um prejuízo, posto que nenhum de seus requisitos externos resiste ao exame da realidade. E concluía este professor, e o afirmava com malícia, sobre a base do rico material científica que nos oferecia, que a nação é uma simples convivência social, um plebiscito de cada dia, conforme a célebre fórmula de Renan, uma espécie de instituição ou associação, na qual entrava quem queria e permanecia quem podia. A nação seria algo fluído, algo sem substância; aberta ao último chegado em seu seio, já que nenhuma de suas supostas colunas de sustentação permanecia de pé.

2. A base material

A Crítica era justa, porém a conclusão era equivocada, e mesmo tendenciosa. Efetivamente,

da realidade exterior de uma nação não se pode extrair sua essência, pelo simples motivo de que seus fatores e elementos constitutivos não representam nada senão que uma base material, de que se servem as nações para incorporar-se e afirmar-se na História. O território, a cultura comum, a raça, o idioma, as tradições, são como ladrilhos que se utilizam para a construção de uma casa. Se se amontoam pedra, cimento, ladrilhos, madeira, ferro, ainda assim não existe a casa. Há que se construí-la. Igual ocorre com as nações, que com o material que encontram em suas áreas histórico-geográficas, edificam seu corpo. No mundo em que vivemos, necessitamos de uma aparência física. De mesmo modo sucede às nações, que necessitam, para fazer sua entrada na História, uma forma perceptível. Uma coisa é a nação em seu estado espiritual, e outra coisa sua objetivação, sua incorporação, sua passagem do estado potencial ao estado real.

De que material se formam as nações? Com restos de povos, civilizações, raças desaparecidas, ou simplesmente com tribos que não chegaram ainda à consciência nacional. O que ficou como

herança dos povos desintegrados ou vencidos é reaproveitado pela nova nação e edifica seu corpo. O processo de constituição de uma nação se inicia com a assimilação de certos antecedentes sociais não viáveis. Quando em certo território se produz um vazio histórico, uma debilitação dos anteriores impérios, então outra nação penetra e se encarrega das ruínas abandonadas.

3. A descarga espiritual

Pero devemos precisar que uma nação não é idêntica a estes restos do cataclismo de outros povos ou culturas. Por uma simples obra de coletar ou de justaposição de uns fragmentos históricos, não se faz nem se constitui uma nação. A nação é um princípio criador que organiza numa nova síntese social a grupos de homens isolados, que perderam sua identidade política e que vegetam na margem da História. As nações não nascem segundo critérios arbitrários, pela vontade de alguns homens, que se reúnem e se entram em acordo para constituir uma nova comunidade nacional, como imaginava Rousseau, senão porque intervia uma força espiritual que lhes aglutinava e lhes dotava de uma consciência comum. Em um

certo ponto geográfico e em um certo momento histórico, se produz uma descarga espiritual sobre um grupo de homens, e estes, iluminados por esta misteriosa chama, começam a aproximar-se uns aos outros para buscar possibilidades de convivência estatais. Sob o efeito desta força espiritual, os homens sofrem uma transformação, já não são o que foram antes, isto é, descendentes de tribos, cultos e classes distintas, senão que superando aos separatismos do passado, já se consideram membros de uma nova comunidade. Uma massa de homens se converte em uma nação quando chega à consciência de um novo sistema de valores e normas que cumprem com uma dupla função: por um lado, integra aos indivíduos componentes, estabelecendo entre eles laços duradouros, e, por outro lado, diferencia o novo grupo constituído do mundo ao seu redor e de outras nações. Uma nação não se reconhece tanto por certas características comuns, como seria o idioma, o território, a cultura ou uma origem comum, senão, sobretudo, pela massa espiritual com que é reorganizada, pela alma nacional que possui, e que se reflete na consciência de cada

indivíduo, sob a forma de uma imagem daquele povo, que a reconhece como sua própria, representando o símbolo distintivo de uma pertecência comum. Uma nação é, em primeiro lugar, uma área de nova espiritualidade, de que deriva logo o sistema de valores, conforme os quais organiza sua vida.

Agora compreendemos melhor porque não se pode construir o conceito de nação segundo as regras clássicas da lógica. Não encontramos nenhuma qualidade comum a todas as nações do globo terrestre, que possa ser elevada ao nível de qualidade essencial e, sobre cuja base, se pode definir logo o que é esta entidade. Nenhuma nova nação imita o estilo de construção de uma antiga e de nenhuma das existentes, senão, pelo contrário, intervém com sua própria originalidade na formação de seu organismo. Do material que se encontra a sua disposição no mundo exterior, a nação seleciona o que lhe convém melhor a seu gênio específico, o que expressa mais adequadamente suas necessidades e suas aspirações. Uma forma de manifestação que para uma nação parece ser essencial, por exemplo, a

comunidade do idioma, para outra nação pode representar uma característica secundária. Existe uma nação que tem um só componente, a religião, e resiste há milênios: os judeus.

De onde provêm estas descargas espirituais que se produzem em diversas partes do mundo e dão lugar ao nascimento das nações? Uma série de autores, entre os quais o filósofo alemão Herder e o italiano Mazzini, consideram que as nações são criações divinas. A alma nacional é parecida com alma individual, quanto à diferença de que repercute entre uma massa humana. Entre os argumentos que se podem aduzir no apoio desta tese, é de que, no ato de nascimento de todas as nações e desde os mais remotos tempos, não falta o elemento religioso. A ideia nacional e a ideia religiosa, formam na História um binômio de forças inseparáveis. A compenetração destas é tão forte, que qualquer ruptura deste equilíbrio provoca graves crises na História de um povo ou de uma civilização. Na mais antiga civilização conhecida até hoje, a Suméria, a origem deste povo é explicada mediante a intervenção de divindades.

É um tema demasiado conhecido, para estender-me sobre ele.

Temos que refletir também sobre a capacidade de sacrifício do indivíduo, para defender sua pátria. Este sacrifício alcança o ápice do sublime nos momentos de grande perigo. Junto à mística religiosa, existe também uma mística nacional, da qual se alimenta continuamente o heroísmo de um povo. Não se pode conceber que os indivíduos possam oferecer suas vidas por uma realidade natural, produto das circunstâncias históricas, as quais amanhã podem desaparecer, se não se sentisse que a nação pertence aos valores eternos e é enraizada no transcendente. Berdiaeff escreveu páginas imperecíveis sobre o sentido da História, sobre o mistério da História Universal, a qual não pode ser separada da metafísica e da religião. Deus tem Suas finalidades impenetráveis, que se refletem ao longo da História. Porém, nos perguntemos, se a História Universal se desenvolve sob o signo do mistério, então as nações não participam deste mistério, não têm elas também sua parcela de responsabilidade no plano Divino? O que é, no fundo, a História Universal,

mais que a História das Nações que desfilaram sobre a terra e cumpriram com diversas missões?

Se buscamos esta questão, as origens das nações, nas palavras de José Antonio, encontramos uma tendência semelhante. “As nações são entidades viáveis por si mesmas”, isto é, que não devem sua existência às circunstâncias históricas-geográficas, senão que aparecem independentemente das estruturas sociais, que lhe proporcionam somente o material de construção correspondente. “As nações – explica José Antonio – são fundações, são substâncias, são um “ego” coletivo, com vida própria. São arquétipos históricos”. Conforme esta tese, as nações preexistiram ao acontecimento histórico, condicionaram o desenvolvimento de sua História; delas emanaria a criação da História e da Cultura. Mais, ¿de onde procedem estes arquétipos históricos? É uma questão envolta em mistério, o que nos obriga a admitir também a possibilidade de uma intervenção divina.

José Antonio não é alheio a esta interpretação, apesar de que não se pronuncia diretamente, posto que fala da “alma metafísica de Espanha, que é

uma verdade elemental, um axioma histórico e político, comparáveis com as verdades matemáticas. Esta realidade coletiva suprema, é irrevogável e intangível. A História se cria partindo deste "Eu" histórico, a partir deste sujeito criador coletivo». Em outra parte de seus escritos, encontramos algumas impressões ainda mais claras: “...pelas misteriosas vias por onde o religioso se propaga, nossos lemas, nossas teses, se iam contagiando e difundindo”. Portanto existem «lemas» e «teses de ordem nacional que se propagam no seio de uma nação por vias misteriosas que são acessíveis somente ao religioso. José Antonio admite que em um dado momento se pode produzir uma fusão entre o ideal religioso e o ideal nacional, o que não seria possível se não possuísse também a nação um substrato espiritual e não fosse uma criação independente do mundo material. Corneliu Codreanu considera que a nação é formada por três patrimônios: o patrimônio físico, o patrimônio material e o patrimônio espiritual. Somente este último, o patrimônio espiritual, eleva e enaltece uma nação, ao nível de personalidade histórica e

cultural. “Existe, disse ele, um reino do espírito nacional, o reino de suas visões, obtidas pela revelação ou pelo esforço próprio.” Por conseguinte, Codreanu admite que a imagem de uma nação pode ser descoberta mediante a revelação por um grupo de homens, transformando-a em uma entidade histórica.

4. O destino histórico

Uma vez constituída a Nação, luta-se em prol da realização de sua Unidade Nacional, para alcançar os limites territoriais que correspondem à sua capacidade de expansão espiritual. A alma nacional se dilata até encontrar suas fronteiras naturais. Porém, com esta aproximação das fronteiras, com esta satisfação de suas necessidades especiais, o processo da nação não foi concluído. Agora se lhe impõe o maior teste de sua existência. A nova nação, depois de haver chegado à maturidade física, deve preguntar-se por que vive, por que foi chamada por Deus para figurar entre os demais povos do mundo? Que credo a guia? O que cria ou pode criar? Aonde

dirige suas energias? Que missão deve cumprir na História? Somente depois haver assinalado a finalidade que busca em sua vida, a nação atinge a plenitude de seu desenvolvimento. A coroação da obra de criação de uma nação é seu destino. Este é o momento culminante de sua existência, e se o busca com rigor, entra em uma fase de esplendor e de glória.

José Antonio nos deixou páginas imperecíveis sobre o destino das nações. Assim nós dispomos de um guia seguro e competente para tratar desta questão. "Uma nação, disse ele, não é uma língua, nem uma raça, nem um território. É uma unidade de destino, no universal. Um agregado de homens sobre um pedaço de terra, somente é uma nação se o é em função de sua universalidade, se cumpre um destino próprio na História." Corneliu Codreanu, fala igualmente do destino nacional dos povos, de uma vocação histórica destes. "A nós, os romenos, à nossa raça, como a qualquer outra raça do mundo, Deus nos deu una missão, nos assinalou um destino histórico. A primeira lei que una raça deve seguir é a de caminhar sobre a linha deste destino, compreender a missão que lhe foi

confiada. Nossa raça não capitulou as armas nem deserdou de sua missão, por mais difícil e longo que tenha sido o caminho de seu "Gólgota"."

"Também agora se levantam frente a nós obstáculos grandes como montanhas."

"Seremos quiçá nós, a geração vil e débil que se deixará arrebatar da mão, sob a pressão das ameaças, a linha do destino romeno, e abandonará sua missão de raça no mundo?"

Para facilitarmos a compreensão da ideia de destino, José Antonio nos oferece uma série de equivalências: uma missão histórica, uma empresa coletiva, o sentido total da pátria, o nacionalismo missionário, o patriotismo da missão, etc. Segundo vemos da comparação destes termos, as energias de uma nação se atualizam em vista da realização de um objetivo. Estas energias jazem num princípio armazenadas como numa espécie de lago artificial, para que depois se desborde para cumprir assim com sua própria missão em competência com outras nações. O destino histórico ou nacional de um povo é a transição do estado potencial ao estado de manifestação de sua originalidade criadora. Uma nação se forja mediante um

contínuo processo de autodeterminação e autoexploração, “é o nível a que um povo atinge quando cumpre um destino universal na história”, como disse José Antonio.

O destino de um povo não é uma meta definida, uma vez para sempre e claramente visto por todo o mundo, senão que é um conceito de vida específica daquele povo, um modo geral de reação ou de comportamento daquele povo ante os acontecimentos. O destino nacional tem uma duração indefinida e os dirigentes de um povo têm que interpretá-lo em todos em cada um dos momentos da História. Não deve ser confundido com um ideal qualquer, o qual, de vez em quando, germina na vida de uma nação. Um ideal representa uma função transitória do destino nacional, uma expressão temporal da vocação histórica de uma nação. O destino afirma sua presença ao longo da História de uma nação e se encontra na base de todos seus acontecimentos, o que leva José Antonio a definir à nação, como uma unidade de destino no universal. O destino é como um cordão que vincula todos os pontos de uma História Nacional, que aparece entrelaçado com

todos os acontecimentos, com todas as suas campanhas, com todas as suas empresas. O destino é uma permanência nacional, desde que os ideais, brotem dele aparecendo e desaparecendo. O destino nacional se subdivide em uma série de objetivos concretos, em una série de ideais, e a arte de um dirigente consiste em descobrir no fluxo e no refluxo dos acontecimentos, o que mais convém a ser empreendido pela nação naquele momento. As situações e circunstâncias históricas mudam e, portanto, também o destino da nação deve adaptar-se e moldar-se de acordo com estas situações. Porém o que não se pode jamais mudar, transformar ou abandonar, é o espírito no qual tratamos o acontecimento. “Una nação é grande, disse José Antonio, quando traduz em realidade a força de seu espírito.” O destino é um critério histórico, uma unidade invariável em tudo o que empreende uma nação na sua existência.

José Antonio exige também que a missão histórica de uma nação deve ter um selo universal. Que significa isto? Existe um plano divino da História e, quando as nações definem seu destino, têm que enquadrar-se neste plano, ou não apartar-

se demasiadamente do mesmo. Nenhuma realização histórica qualquer, por mais espetacular que seja, cumpre também com uma função universal, se pede igualmente que da mesma se beneficie a Humanidade inteira. Uma missão específica de uma nação tem que desenvolver-se em uma perspectiva universal, isto é, que tenha uma contribuição positiva para o mundo inteiro. O descobrimento e a exploração da América é uma realização do destino nacional espanhol, porém da empresa deste povo aproveitaram todas as nações do mundo, enquanto as invasões e as conquistas de Gengis Khan não deixaram para trás mais que cinzar e ruínas. O comunismo tampouco pertence ao plano divino, não é um destino no universal, posto que não cria nada; pelo contrário, destrói tudo o que encontra em seu caminho, raças, povos, culturas, religiões. Se o comunismo desenvolve esta força destrutiva apocalíptica, sem nada impedi-lo, não é porque assim o quer Deus, mas porque as demais nações não conhecem e não cumprem com seu próprio destino, construtivo, criador, universal, enfrentando-se a este monstro.

5. A formação do povo espanhol

Para ilustrar o processo de formação de uma nação, encontramos um exemplo eloquente na História do povo espanhol. Sobre esta terra, se cruzaram numerosas raças, povos, culturas, impérios. A História de España, tomada como território, se inicia desde tempos imemoriáveis, porém a História da nação espanhola não data desde antes de Covadonga. Neste ponto geográfico e neste momento histórico, se produziu o milagre do nascimento do povo espanhol. Os guerreiros que se enfrentaram com os árabes nesta memorável batalha, já não eram os de ontem, já não eram restos de iberos, de celtas, de romanos ou de visigodos, mas um novo fermento étnico, um novo povo. Parece como se houvesse descido do céu um fogo purificador sobre eles, que lhes tivesse integrado espiritualmente, e lhes houvesse dotado de uma força da qual não dispunham até então. A batalha de Covadonga é o ato de nascimento do povo espanhol. Massas de homens, de mesma origem e variedade, com a mesma fé cristã, existiam em toda Espanha, e delas se puderam reclutar poderosos exércitos para rechaçar ao invasor. Por que não o fizeram? Porque

não se sentiam nação, porque não possuíam uma consciência comum, porque lhes faltava a visão de um destino comum. Covadonga é o outro lado da moeda. Desde Covadonga os árabes perdem a iniciativa histórica, apesar de que estavam mais bem organizados e de que tinham a seu dispor um império gigante, pois que não enfrentavam agora alguns grupos sociais heterogêneos, mas uma nação. Desde Covadonga, a História de Espanha não conhece mais que uma cadeia de triunfos, que se continuam irresistivelmente até a realização da unidade nacional.

Porém com a conquista de Granada e de Gibraltar, a nação espanhola não alcançou sua completa formação. Faltava-lhe o horizonte histórico, lhe faltava visão, a orientação em direção a um futuro distante. Para que chamou Deus à vida, à nação espanhola? Que missão lhe confiou, a qual, em termos joseantonianos, é de destino no universal? Graças aos dotes morais e intelectuais dos Reis Católicos, a nação espanhola respondeu à confiança divina com uma prontidão que a honra e que lhe decidiu e traçou a posição que iria ocupar posteriormente na História. A

missão de Espanha é aquela de ser o escudo da Igreja e de proteger a fé cristã por todos os continentes. Esta mística religiosa-nacional foi a base da expansão espanhola e do império no qual o sol não se punha.

6. O nacionalismo determinista e o nacionalismo visionário

Sem a revelação de sua missão histórica, uma nação se assemelha a uma estátua decapitada. Tem braços formosos, possui um soberbo corpo, porém lhe falta expressão, inteligência, olhar, sorriso... Neste aspecto, a escola joseantoniana se separa da escola nacionalista francesa. Para Barrès, Bourget, Maurras, Daudet e os demais, a origem da nação deve ser buscada no passado. É a terra de nossos pais, são os mortos, as tradições, as instituições milenares, a vida dos antepassados em toda sua variedade folclórica. O indivíduo pertence a uma nação, assim como uma planta nasce e cresce no solo onde foi semeada. O nacionalismo francês é determinista. As coletividades nacionais dependem de leis naturais, independentes do

indivíduo e superiores a este, que se podem conhecer com exatidão e que podem ser aplicadas com rigor científico. A nação é um agregado natural, cujo processo de formação e de desenvolvimento se encontra determinado por leis fixas. O indivíduo que ignora estas leis, ou que se aparta delas, para adotar um conceito cosmopolita, é um desarraigado, condenado a secar-se e a morrer. Um indivíduo, é francês, romeno, espanhol, assim como o carvalho não poderá ser outra coisa que carvalho. O indivíduo não existe mais que em função de seu "Eu" coletivo. Nós nos formamos à sombra de nossos antepassados, pensamos e nos expressamos em imagens e vocábulos que eles moldaram e nos transmitiram.

José Antonio e Corneliu Codreanu têm outra perspectiva e visão da nação. Para eles, a nação é uma vocação, uma empresa, um projeto, um conceito sobre o mundo e sobre a vida, uma ideia, um ideal, um plano, um programa, una visão, uma imagem do futuro, uma inquietude criadora. A nação não se termina jamais, posto que nunca cessa sua missão, até os séculos dos séculos. Certamente, nem José Antonio nem Corneliu Codreanu negam

que a nação tenha suas raízes arraigadas no passado. Nos dois encontramos páginas tocantes sobre o terreno da pátria, sobre o elo com os mortos, sobre o respeito às tradições e às obras das gerações anteriores, porém neste debate intervém uma questão de acento. Onde se encontra o centro de gravidade da nação? Não podemos nos desprender do passado, porém tampouco podemos definir nossa existência somente através do passado, com a ajuda de algumas leis imutáveis que nos limitariam nossa liberdade pessoal de ação. Uma nação se realiza sobre o eixo ideal de seu destino, que domina todo o curso de sua História e que se submerge em um futuro impenetrável. E então, mais importante que o conhecimento do passado de uma nação, é o espírito com que o interpretamos. Este passado é a expressão do mesmo destino nacional, inalterável e invariável, brotado do mesmo conceito de vida que presidiu à formação da nação e que é válido até nossos dias. Nós compreendemos seu profundo significado?

Voltando-nos à História de Espanha, o problema que se apresenta às gerações atuais é decifrar a mensagem dos antepassados contemplando suas obras, de absorber aquela alma, aqueles estados de espírito que lhes inspiram quando lutavam contra os infiéis, quando exploravam os continentes, quando edificavam aas catedrais. Os antepassados não fizeram mais que escutar a voz do destino universal de Espanha, e, contanto que as gerações atuais sigam seus passos, podem também fazer o mesmo salto na alma metafísica da nação. Tudo se altera na nação, salvo o destino que representa seu "Eu" histórico. As grandes façanhas de "El Cid", a obra de Inácio de Loyola, a heroica defesa de Alcácer, pertencem ao mesmo substrato espiritual. Estes feitos gloriosos no são mais que projeções do destino eterno de España. Ser espanhol significa atuar com o mesmo espírito que guiou a seus antepassados nas obras anteriores. Quem levanta hoje em dia a espada de Cid? Quem continua o gesto dos heroicos defensores de Alcácer? Quem eleva o nível religioso do povo até os cumes de ontem?

Eis aqui como a nação não é um determinismo de que não podemos sair, mas um processo de criação contínua, uma ponte ideal que une o passado com o futuro. A nação não é, senão que se faz, através de atos contínuos de serviço. Parafraseando Renan, poderíamos substituir sua fórmula “a nação é um plebiscito de cada dia”, por “a nação é um sacrifício de cada dia”, em que têm de participar todos seus filhos.

III. A NAÇÃO NA HISTÓRIA E NA CULTURA

1. A Sociologia ignora a Nação

Existe uma nova ciência que pretende ser a ciência da sociedade, a sociologia. Pois bem, a sociologia, ciência por excelência dos fenômenos sociais, ignora a nação, como observa tão bem o autor alemão contemporâneo, Eugen Lemberg, em sua conhecida obra sobre o nacionalismo. Para os sociólogos, a sociedade é um todo indivisível, uma imensidade humana uniforme, dotada com as mesmas características, indiferentemente de onde se toma a amostra, dos polos ou dos trópicos, desde qualquer grau de latitude ou de qualquer continente.

Encontramo-nos ante uma mistificação de proporções descomunais. Os sociólogos falam de tudo, salvo da nação: da divisão do trabalho na sociedade, das classes sociais, de profissões, da invasão das massas sociais na História; falam sobre a delinquência, a criminalidade e o suicídio; da juventude e das relações entre as gerações; da influência da técnica sobre a sociedade e das grandes concentrações urbanas, que alteram o ritmo da vida. Sem embargo, quando estes

cientistas se dignam dirigir seus olhos sobre a nação, tratam-na como uma questão insignificante, menosprezável, com a qual não se merece perder demasiado tempo. Sua sentença é severa. Consideram à nação como um preconceito dos séculos passados, uma superstição, condenada a extinguir-se em nossa época, a do progresso da técnica e da intensificação das relações inter-humanas.

A hostilidade de alguns sociólogos contra a nação vai tão longe, que consideram a adesão dos homens a sua nação, o nacionalismo, como um fenômeno patológico, e os afetados por este morbo tem de ser internados em institutos de psiquiatria, para ser tratados como seres anormais.

O que ocorreu com a sociologia em nossos tempos para manifestar-se com tanto desprezo sobre a nação e comportar-se frente a ela com tanta arrogância, chegando com sua absurda atitude até amputar seu próprio objeto de investigação de um elemento essencial? Não é necessário que se façam estudos especializados ou que se converta em sociólogo para descobrir a existência das nações, posto que se tropeça a cada passo nelas, e que não

existe um homem no mundo que não pertença a uma nação. Pode-se adivinhar a explicação. As cátedras de Sociologia de quase todo o hemisfério ocidental foram cooptadas por intelectuais de esquerda, por elementos afiliados ao marxismo. Já não se faz mais ciência pura nem na Universidade nem nos institutos de pesquisa, e tampouco nas diversas fundações, mas sim uma ciência dirigida à partir das sombras pelas potências do mal, que têm como meta promover, desde a cátedra, o processo de comunistização do mundo. As novas gerações devem ser arrancadas do seio da nação acostumando-as à ideia de que as nações são velhos resíduos de uma civilização extinta e defasada. As nações desaparecerão como desapareceram os animais pré-históricos. As nações não desempenharão nenhum papel na futura Humanidade, que constituirá um bloco homogêneo, submetido a uma autoridade mundial. A sociologia não nacional de hoje, como a denomina Lemberg, e que deveria ser apelidada melhor de antinacional, se converteu num anexo da conspiração comunista, e não se lhe pode conceder qualquer credibilidade científica.

2. A Nação, protagonista da História

A realidade histórico-social, desde os mais remotos tempos até hoje, advoga em favor das nações, com testemunhos múltiplos e constantes que anulam as teorias sociológicas em voga, carentes de toda garantia de objetividade científica. Nas origens do mundo, o mesmo Deus concedeu às nações uma posição privilegiada na História, desde o momento que confiou a um povo eleito, o povo hebreu, a missão de levar Seu nome, de conservar e salvaguardar a justa fé em um mundo que se aleijava Dele e se prostrava ante os ídolos. Se têm respeitado os judeus esta missão, é outra questão que não entra nesta discussão. O essencial é o fato de que um tenha sido honrado com a confiança de Deus, benção que se estende sobre todos os povos, posto que, mais tarde, todas as nações foram chamadas por Cristo para participar da herança divina.

Logo não devemos enganar-nos acerca das origens dos grandes impérios. Todos têm seu núcleo de formação em uma nação. Alexandre o Grande procedeu à conquista do Oriente, somente depois de ter organizado sua famosa falange

macedónica, recrutada entre o povo que levava o mesmo nome, que vivia no norte da Grécia e formava uma coletividade nacional distinta daquela dos gregos. A época do império romano se iniciou, aparentemente, com a fundação de uma cidade, Roma, porém os habitantes desta, em um momento difícil de determinar, superaram o estado de uma simples aglomeração urbana, sofrendo uma transformação coletiva. Descobriram o fato de que formavam um povo, distinto de todas as demais populações da Itália. Quantas cidades existiam naquela época na Itália! Mas somente uma delas, Roma, chegou a ser senhora do mundo. O império espanhol não foi uma criação artificial de uns aventureiros, senão que entrou na fase de expansão somente quando Fernando e Isabel a Católica forjaram a unidade nacional de España. Tampouco o império de Napoleão foi uma estrutura híbrida, multinacional, surgida do gênio militar e político de um só homem, mas que se alçou e sustentou até a extinção dos recursos do povo francês. Ao começo do século XIX, os franceses constituíam a mais poderosa nação da

Europa, sendo superados somente com vários milhões de habitantes pelos russos.

Logo descobriremos também o processo inverso, o anti-imperialista, cujo protagonista é igualmente a nação. Estas entidades sociais, ignoradas pelos sociólogos de hoje, tomam sua vingança contra os impérios e os destroçam, quando estes impérios apresentam sinais de decadência, emancipando-se de seu domínio. Do império espanhol se desprenderam as nações hispano-americanas. O império napoleônico caiu à consequência de uma coalizão das nações europeias. O império Habsburgo se decompôs sob a pressão das nações coabitantes. Sob nossos olhos desapareceram impérios coloniais, e sobre suas ruínas se formaram outras nações. É absurdo ignorar a existência das nações quando a História, desde suas mais remotas origens, nos oferece este grandioso espetáculo das nações que lutam sem cessar, para sair do caos social e conquistar um lugar sob o sol. Dezenas de novas nações se formaram somente depois do fim da segunda guerra mundial.

3. A Nação na História da Cristandade

Mesmo as grandes ideias e as grandes religiões não se impuseram de outro modo que impulsadas pela força das nações. Se pode observar perfeitamente como a tocha do Cristianismo passa de uma nação a outra e, com cada aportação nacional, conhece um novo brilho e um novo esplendor. Dos judeus, o Cristianismo se propaga através da Grécia, para encontrar seu escudo de proteção em Roma, mediante a vitória de Constantino o Grande contra Magêncio. Depois da queda do Império Romano Ocidental, prestam sua ajuda à Igreja dos Francos de Carlos Magno. Quando escutou, estremecido, os sofrimentos do Redentor, Carlos Magno exclamou: "Oh, Senhor, por que não estive eu aí com meus Francos?" O braço secular da Igreja foi logo representado pelos alemães, que rechaçaram as invasões bárbaras e contribuíram à cristianização da Europa central e oriental. Porém a maior aportação que recebeu a Igreja veio por parte da nação espanhola, que incorporou à área cristã um continente inteiro e salvou a Europa da invasão muçulmana. Os espanhóis foram os últimos cavaleiros da Cristandade. A debilidade do mundo cristão de

hoje se deve, essencialmente, ao fato de que não se encontra nenhuma nação moderna, suficientemente poderosa, disposta a levantar a bandeira de Jesus Cristo e a rechaçar aos novos bárbaros do Leste. A esta missão e esta honra teriam correspondido os Estados Unidos; se esta poderosa nação houvesse compreendido o chamado da História, não assistiríamos hoje ao espetáculo de dor e vergonha que vemos na Europa oriental, onde se desencadeou a mais terrível persecução contra a Igreja de Cristo, sob os apáticos e indiferentes olhares dos cristão do mundo libre.

4. A Nação e a Cultura

Nem a cultura pode conceber-se sem a existência da nação. Não existe una cultura geral, internacional, cosmopolita. Cada obra de arte leva acima o selo da nação à qual pertence seu autor. Dom
Quixote é um produto específico espanhol, assim como no Fausto se projetam as características do povo alemão. Uma obra de arte, de qualquer índole, atinge a posição de universalidade não por expressar vulgaridades ou lugares comuns, para

ser entendida facilmente por todo o mundo, senão pela intensidade com que reflete a imagem de um povo. Corneliu Codreanu define nos seguintes termos a relação entre a cultura e sua projeção universal: “A cultura é nacional como origem, e internacional como esplendor.” Isto significa que um escritor, quanto mais arraigado está na terra de sua pátria, quanto mais está compenetrado com a mística e com a espiritualidade da nação, quando cria uma obra de arte, tanto maior é a possibilidade de atingir reconhecimento mundial. Mesmo os turistas buscam em suas viagens o típico de um povo e não os “bares americanos” que encontram também em seu próprio país, e que são os mesmos em Madri, na Filadélfia ou na África.

Existem, sem embargo, áreas da civilização baseadas em certas afinidades espirituais, em cujo interior os intercâmbios espirituais e a circulação das ideias se realizam mais facilmente, em que as influências de um povo sobre outro são mais vivas. Porém uma coisa é a influência e outra coisa a criação. Para criar uma obra de arte, é necessário uma aprendizagem e um material, que pode ser

encontrado em qualquer lugar, em todos os povos e nas criações de outros autores; porém, quando chega a hora da verdade, quando deve dar a medida da originalidade, para não ficarem como um simples imitador, quando quer expressar a ebulição de sua alma, de seus próprios conceitos, sentimentos e ideais, então já não pode vagabundear além das fronteiras, deve permanecer no ser de sua estirpe, porque somente ali poderá encontrar aquele tesouro de expressões, de valores, de modos de pensar, que necessita para dotar seu talento.

5. A Nação, uma vocação do Homem

Desta sucinta exposição se vê claramente que a nação supera em energia todas as demais forças de coesão social. Nem as classes sociais, nem as professionais, nem os grupos políticos, nem a família e nem mesmo os Estados, têm a vitalidade dos povos. O drama da Humanidade é de fato o drama das nações. Pois que na História não encontraremos mais que uma cadeia de lutas pela afirmação dos povos. Em todos os planos de existência encontramos triunfando à nação: na História, na cultura, na religião, como suporte e

veículo das grandes Igrejas. A nação é o princípio construtivo de qualquer civilização. Sem a nação voltaríamos ao caos social, do qual nos levantamos, regressaríamos à barbárie, ao estado das sociedades primitivas. A Europa se converteu na senhora do mundo graças a suas nações, enquanto sua decadência se inicia com o começo da debilidade destas.

Não descobriremos em nenhuma parte do mundo homens abstratos, geométricos, neutros, desde o ponto de vista social, carentes de qualidades nacionais, porque a nação é uma integrante da alma humana. Não estamos de acordo em absoluto com a definição de Aristóteles, que dizia que "o homem é um animal social". O homem não é um animal, senão um ser único no Universo e superior a todo Universo, pois que foi feito segundo a imagem e semelhança de Deus. Porém incluso admitindo-o tal qual, nem então é exata a definição. Tem que ser completada no sentido de que o homem é um animal sócio-nacional, isto é, por sua própria natureza, por seu próprio arranque e por sua inclinação, se agrupa na sociedade, porém não em qualquer tipo de

sociedade, senão somente nas sociedades nacionais. O homem não cria qualquer tipo de sociedade, senão exclusivamente as nações. Existe realmente uma vocação social do homem, porém aquela de agrupar-se em nações e de desenvolver seus poderes criadores em intima conexão com a nação. Exatamente como cada indivíduo busca a Deus, mesmo quando não professa a verdadeira religião, do mesmo modo, no plano social, o homem busca agrupar-se em nações. Nem Cristo foi alheio ao sentimento nacional, porque Ele foi também homem verdadeiro, e, como homem autêntico, não podia ser antinacional. Vamos recordar a cena quando chorava ao olhar Jerusalém, pensando na sorte que esperava Israel, devido a sua falta de fé:

"E quando chegou perto, ao ver a cidade, chorou Jesus sobre ela, dizendo: „Ah! Se ao menos neste dia, que agora te foi dado, conhecesses ainda tu o que te pode trazer a paz! Mas por ora tudo isto está encoberto aos teus olhos." (Lc 19.41,42).

Os comunistas se gabam de haver resolvido o problema da convivência das nações no quadro do mesmo Estado em uma forma superior, sem igual

até hoje na História, e nos oferecem, como modelo, a União Soviética. Na realidade, as assim chamadas "repúblicas nacionais" do território da Rússia soviética são simples nomenclaturas geográficas da administração central de Moscou. Os povos destas repúblicas não gozam de nenhum direito, de nenhuma liberdade, sofrendo em troca da mais terrível opressão, sendo ameaçadas constantemente com sua desnacionalização. É a União Soviética um Estado multinacional, como pretendem seus dirigentes, ou, pelo contrário, um império como qualquer outro da História, do qual se beneficia somente um povo? Como é bem conhecido, o comunismo é criação do povo judio e serve como biombo para ocultar seu próprio imperialismo. Se os judeus foram expulsos da chefia da Rússia comunista, aonde voltaram os russos, é outro enigma na História. De todo modo, tanto em um como no outro caso o império comunista do Leste é a obra de um só povo, ainda que oculte sua identidade e seu imperialismo sob as bandeiras do marxismo.

IV. O Comunismo contra a Nação

1. O Calcanhar de Aquiles da Nação

As nações são os blocos de granito da História. Aparentemente de uma constituição frágil, posto que são compostas por una multitude de peças soltas - indivíduos, famílias, classes sociais, províncias - possuem, sem embargo, a dureza do diamante, graças a sua aliança com o fator espiritual, que une a todas estas partes num todo coerente e orgânico. As nações são personalidades coletivas, dotadas de uma consciência própria, que desenvolve sua energia criadora conforme seu destino universal. Tendo em conta a grande extensão social das nações, formadas por milhões de indivíduos, assim como sua extraordinária resistência interior, não há dúvidas de que as nações representam o mais difícil obstáculo no caminho para que o comunismo chegue à dominação do mundo. A causa desta formidável barreira que opõem as nações a qualquer forma de imperialismo, as potências do mal estudaram muito antes da aparição histórica do comunismo a estrutura destas entidades, para descobrir, em seu corpo, seus pontos fracos, seus pontos vulneráveis,

onde podem cravar suas flechas envenenadas, portadoras da morte.

Onde se encontra o calcanhar de Aquiles das nações? Na realidade não existe tão somente um calcanhar, mas vários; a saber, nos lugares onde suas peças se unem com o todo; como na construção de uma casa, onde os arquitetos e os construtores devem prestar especial atenção aos pontos de intersecção de dos materiais, os quais são os mais importantes, já que suportam todo o peso da obra. As relações entre o indivíduo e a nação, entre as classes sociais e a nação, entre as regiões e a nação, etc., são as mais suscetíveis a deteriorar-se. Nestas linhas de intersecção sociais, especialmente delicadas e sensíveis, onde as partes se unem à nação, concentraram sua nociva atividade os inimigos dos povos. A nação não pode ser atacada frontalmente. É demasiado sólida e demasiado grande, e os ataques diretos podem ser facilmente rechaçados. Porém pode ser derrubada se se escolhe um caminho de "rodeio", que rompe seu tronco, galho a galho, fragmento por fragmento, até perder seu equilíbrio e tombar no chão. Sob a persistente ação de um disparo

ideológico bem dirigido, as nações podem decompor-se no material de que se constituem. As nações - diz Motza - não morrem como os homens, em alguns anos. É necessário que se passem décadas e mesmos séculos até observarem-se os efeitos corrosivos dos venenos introduzidos paulatinamente no organismo nacional. A república soviético-espanhola de 1936 não se instalou como consequência da queda da Monarquia em 1931, foi o resultado de uma longa série de penetrações estrangeiras na vida do povo espanhol, as quais se observam desde o começo do século XIX, e quiçá ainda mais anteriores.

2. O ataque ao indivíduo

Como se era de supor, o principal ataque contra a nação é o suporte ao indivíduo. Ele representa a porção frontal mais exposta, já que o indivíduo se encontra só diante do ataque inimigo. Partindo de várias direções, e sob as mais variadas e atraentes ofertas, o indivíduo é solicitado a efetuar um salto no escuro, desprendendo-se da nação a que pertence, para buscar uma felicidade ilusória, exclusivamente por conta própria. Se o indivíduo pode ser enganado, para sair da ordem

natural da sociedade, constituída sobre a base das nações, então a nação se encontra ameaçada a descompor-se em milhões de partículas e, por fim, a desintegrar-se. Os indivíduos desprendidos da nação se convertem em tropas auxiliares do inimigo e da nação, que chegada neste estado lastimável, facilmente pode ser conquistada e feita cativa

O homem possui algo, em sua própria estrutura, que lhe predispõe a rebelar-se contra a ordem instituída pelo Criador. É a velha tentação, que se manifestou já desde o tempo que vivia no Paraíso. O homem sente que representa algo especial no mundo, que é um ser privilegiado neste cosmos. Até agora nada grave, nenhuma espécie de transgressão da Lei divina, posto que em sua alma está uma partícula de divindade, que lhe determina a reconhecer sua posição especial no universo. A tentação se inicia quando não conhece sua medida e, de Filho de Deus, quer pôr-se em igualdade a Ele, e se pode ser tentado, destronar a Deus. Existe uma inclinação ao luciferismo no homem, que adquire proporções gigantescas quando se lhe dá uma educação equivocada,

quando se lhe insufla certas opiniões e tendências anárquicas, contrárias ao respeito e ao amor a Deus. Então, o indivíduo sai de seus próprios limites..., da margem de agradecimento que deve ao Criador, considera a si mesmo o centro do universo. Tanto mais facilmente, portanto, pode se seduzir o indivíduo a rebelar-se contra a ordem social, onde tem adiante homens a quem considera iguais a si.

A debilidade dos vínculos entre o indivíduo e a sociedade não se realizou de repente, senão mediante um longo processo de alienação do homem, que se inicia com o Renascimento, e que entrou, ao menos parece, em sua fase final, com a aparição do comunismo. Mas não é o momento de nos debruçarmos sobre esta evolução negativa da Humanidade na época moderna, acerca da qual se escreveram magistrais páginas também na Espanha, entre outras, por José Antonio Primo de Rivera e José Luis de Arrese.

Partamos, pois, do fato de que se constituiu uma doutrina denominada “Individualismo”, com raízes no Renascimento, a qual pretende que o indivíduo é o Alfa e o Ômega de toda a criação

humana, seja a sociedade, seja o Estado, seja a cultura, seja a civilização técnica. “Amigo - lhe dizem os seus partidários - tu eres todo. Gozas de uma liberdade ilimitada; somente de ti depende como deves governar tua vida. Tua felicidade se encontra em tuas mãos, com uma só condição: tens que fazer uso de a razão. Antes de adotar qualquer ideia, de qualquer natureza, seja religiosa, social, econômica, filosófica, deves passá-la pela peneira da tua razão. Não existe nenhuma verdade, fora destas que podes estabelecer por conta própria.»

Este conceito teve como primeiro resultado uma atitude crítica contra a fé. A nova filosofia, individualista ou humanista, pretendia submeter ao livre exame da razão mesmo os dogmas religiosos. Mas como a razão não é capaz de descobrir as verdades últimas da vida, por não ter acesso ao sobrenatural, seu exame logrou a debilidade da fé, o ceticismo, o ateísmo e a proliferação das seitas religiosas. Uma segunda consequência do individualismo foi o liberalismo político, que se impôs na Europa, depois da Revolução francesa. Também o individualismo é responsável pelo liberalismo económico, da economia baseada

exclusivamente na ideia do lucro, que fez nascer o capitalismo e os abusos capitalistas, providos e originados por seu incontrolado desenvolvimento.

A democracia liberal, considerando que o individuo é o «factótum» da sociedade e que dele se desprendem todas as suas atividades, utiliza como fórmula jurídica de convivência social o contrato. A família não é uma instituição superior aos casais, mas somente um contrato; a economia é regulamentada contratualmente entre as partes interessadas; as relações entre as classes sociais se reduzem a contratos a que se acordam e se revisam pelos patrões e pelos trabalhadores; mesmo a cultura foi rebaixada a este nível, posto que as obras já não valem hoje segundo seu valor intrínseco, mas pelos contratos que lhes oferecem as casas editoriais aos autores, assegurando, pelos meios de difusão de que dispõem, seu êxito. O fato mais grave é que também a Nação foi reduzida a um contrato que se conclui entre os indivíduos. Porém um contrato, por sua natureza, pode ser revisado, modificado, anulado e mesmo substituído por um outro, ao qual aceitarem os "indivíduos soberanos". Quando estes discutem e

debatem os interesses da nação e votam nos comícios eleitorais, não têm outra bussola para orientar-se além de sua própria consciência. Não estão submetidos a um foro superior. Por cima deles, não existe uma autoridade, uma entidade superior, certas normas intangíveis, ante as quais devem considerar-se responsáveis. Os indivíduos que arrogaram a si o direito de falar em nome da nação, não reconhecem a primazia desta nos assuntos públicos. Se consideram superiores à Nação e, por consequência, desligados de toda responsabilidade que deriva de sua existência. A vontade flutuante dos indivíduos, seus caprichos, decidem seu destino. A nação, com seus interesses permanentes, não encontra nada no liberalismo que a represente, e portanto nada a defende. O Estado não é mais a expressão da nação, mas a soma das vontades individuais. Todas as questões se debatem entre os indivíduos, e logo suas resoluções são encaminhadas ao Estado para que se executem.

Como contestamos esta provocação? Nós somos também individualistas em certo sentido; cremos igualmente que o indivíduo é a pedra

angular de qualquer edifício social, e deste indivíduo temos que partir quando se constrói o Estado. Porém a questão que se plantou anteriormente é aquela de esclarecer a noção de "individuo". Do que se trata o indivíduo? O indivíduo dos individualistas, o indivíduo da democracia liberal, rousseauniana, é um ser incompleto, que passou pela mesa de cirurgia dos filósofos do século XVIII, onde se lhe amputaram sua parte essencial, sua mais nobre parte, a do seu "eu" criador, e este homem mutilado, desfigurado, nos apresentam os individualistas como um homem integral, o verdadeiro homem, o indivíduo soberano, dono e senhor de tudo e sobre todas as coisas, uma espécie de Deus em miniatura, não submetido a nenhuma lei e a nenhuma ordem. Que falta ao indivíduo com o qual opera o individualismo? Falta-lhe os *valores eternos*, de que fala José Antonio. A este individuo lhe podemos denominar, com certa benevolência, indivíduo, porém já não é o homem inteiro. O homem, na autêntica acepção da palavra, tem uma estrutura muito mais complexa. Quele que sai do alambique da democracia individualista é uma

abstração. Em que consta a fraude intelectual? Desprende o indivíduo de sua própria pessoa, na qual entra tanto seu componente nacional como sua vocação divina. O indivíduo integral não somente biologia nem só psicologia, mas também espírito e espiritualidade. De suas forças espirituais nasce a História, nasce a cultura, nasce a Igreja. A democracia liberal elevou logo este individuo empobrecido de seu conteúdo espiritual sobre todo o mundo, apresentando-o como um troféu,
"Ecce Homo".

Estamos de acordo com a proposta dos individualistas de levantar o indivíduo sobre o mais alto pedestal da História, porém somente despois de haver restaurado sua imagem completa, considerando-o com todas as suas possibilidades criadoras, e não reduzindo-o àquela porção pequena e mesquinha de seu ser, que corresponde a seus interesses egoístas. O indivíduo, portador de valores eternos, não entrará jamais em conflito com a nação, posto que leva em seu foro íntimo, em sua alma, os ideais de grandeza e de dignidade nacional. Porém o indivíduo dos individualistas se

assemelha muito mais a uma ave de rapina, que não vê na comunidade nacional mais que um meio de satisfazer seus próprios prazeres e interesses. Este indivíduo alienado constitui um permanente perigo para a Nação, porque é um agente de decomposição e desintegração.

3. A alienação da classe trabalhadora

Outro ponto de fricção da nação são as classes sociais. Os inimigos descobriram que a classe social, tratada ideologicamente em um certo sentido, pode tornar-se um material combustível, capaz de incendiar todo o edifício nacional. Procederam com a classe social do mesmo modo que com o indivíduo desarraigado do complexo social. Arrancaram a classe social do Estado nacional e desviaram sua trajetória, transformando-a em um instrumento de luta contra a nação. A justiça social, afirma a propaganda comunista, não se pode realizar senão que mediante a luta de classes, e para que esta possa concluir vitoriosamente, isto é, com a emancipação da classe trabalhadora, deve tomar um caráter universal, tem que desenvolver-se ao mesmo tempo sobre toda a Terra, em todas as nações,

passando por cima das fronteiras e dos interesses nacionais.

Os movimentos nacionais contestam à agressão comunista no plano social com a unidade e a integridade dos povos. Por justos que sejam os anseios da classe trabalhadora, ela não tem o direito de passar por cima do cadáver da nação para melhorar suas condições de vida. Neste aspecto, dispomos de uma célebre réplica de Corneliu Codreanu, que estabelece os limites entre os quais se pode tomar a luta em prol das reivindicações sociais:

"Não basta vencer ao comunismo; também é necessário lutar pelos direitos dos trabalhadores. Têm o direito ao pão e o direito à dignidade. É necessário que lutemos contra os partidos oligárquicos, criando organizações obreiras nacionais.»

Não admitimos que nenhuma entente ou conselho levante sobre a terra romana outra bandeira que a de nossa história nacional; por justas que sejam as reinvindicações da classe trabalhadora, não admitimos que se levantem de além ou contra as fronteiras da pátria; nada

justificará que para lograr teu pão, destruas ou entregues a uma nação estrangeira de banqueiros e de usurários tudo o que acumularam os esforços milenários, de uma raça de trabalhadores heroicos. Teus direitos, dentro do quadro dos direitos da nação a que pertences.»

Porém tampouco admitimos que, sob pretexto das fórmulas tricolores, se instale uma classe oligárquica e tirânica sobre as costas dos trabalhadores de todas as categorias e se lhes arranque literalmente a pele, agitando continuamente as ideias de uma Pátria que não amam, de um Deus em que não creem, de uma Igreja em que não entram nunca e de um Exército ao que lançam à guerra com as mãos vazias.»

4. O pecado da classe abastada

Porém não podemos acusar somente à classe trabalhadora de tendências centrífugas. Não devemos imaginar que somente a classe obreira pode ser atraída e seduzida pelos inimigos para que levantem armas contra a Pátria. Também as classes abastadas e endinheiradas podem cometer o mesmo pecado. Elas também podem deserdar do seio da nação para pôr-se ao serviço das forças que

buscam sua destruição. A alta burguesia nacional, possuidora do capital, em sua sede de benefícios, contrata frequentemente alianças de negócios bastardos, com elementos hostis à estirpe, representando ao capital internacional. Mas, como o capital nacional representa sempre a parte mais débil das grandes empresas mistas, os autóctones se convertem em anexos do capital internacional. Sobre esta fileira dos acordos financeiros e industriais, o capital internacional penetra massivamente na economia nacional, chegando mesmo a dominá-la. O fato é, contudo, muito mais grave, posto que o capital internacional, mediante a força econômica de que dispõe, logrará exercer sua influência igualmente na vida pública. Uma vez entrado no jogo das forças políticas, o capital internacional originará danos irreparáveis ao Estado nacional, já que este capital, em aparentemente sem pátria, vagabundo e multinacional, aparentemente atraído de um lugar a outro e obcecado somente pela ideia do lucro, serve na realidade aos interesses do comunismo mundial. Em algum lugar, lá e, cima, em um lugar desconhecido, os pontífices do capital

internacional se reúnem com os pontífices da conspiração comunista e elaboram planos comuns para subjugar os povos. A classe burguesa nacional, na maioria das vezes, sem dar-se conta dos perigosos acordos ao que se submete, empurra o país ao controle do capitalismo internacional, o qual, por sua vez, não faz outra coisa que preparar o caminho para a instalação do comunismo no poder. A ideia de lucro e da ganância ilimitada não submetida a nenhuma norma moral e religiosa, conduz de maneira fatal a relaciones perigosas, que servem logo de "cavalo de Troia" para a penetração do comunismo na fortaleza.

Esta espécie de subversão, que se propaga por mediação dos homens de negócio, é muito mais perigosa que a luta de classes (sobre a qual sabe o mundo que é instigada pelos comunistas), já que é muito mais difícil de detectá-la. Em uma sociedade materialista, quem resiste a tentação do dinheiro, venha de onde vir, quando se apresenta sob a forma de uma oferta atrativa do capital estrangeiro, que seduz pelos seus grandes benefícios? Quem resiste às servidões que impõem o capital estrangeiro tanto à pessoa que conclui o acordo como ao país,

quando vê as perspectivas de um rápido e fácil enriquecimento? Se olharmos por outro ângulo, isto é, pelo da luta de classes, o trabalhador é um homem simples, açoitado por necessidades e dificuldades familiares, sem o benefício de uma instrução mais alta. Quando este cai no pecado da traição da pátria é mais fácil explicar. Porém não existe nenhuma justificativa para os privilegiados por destino, para aqueles elementos da classe burguesa que confraternizam com o inimigo somente pela ânsia de possuir cada vez mais, posto que estes elementos não sofrem de fome, nem de frio, nem estão preocupados com as contas ao fim do mês.

5. Os intelectuais

Nem os intelectuais, aquelas pessoas que se supunham ser as mais imunes ante as influências nocivas, devido a sua fina cultura e a seu profundo conhecimento dos valores de nossa civilização, não estão protegidas de alterações e degradações. As potências do mal exercem também sobre eles fortes pressões para determinar-lhes a ceder frente às ideologias niilistas e destrutivas. Eles podem ser capturados pelas correntes dissolventes,

precisamente pelo caminho de suas altas preocupações de índole espiritual. Os escritores, os artistas e os criadores de todas as categorias se movem no mundo das ideias. Porém as ideias são algo fluido, não têm consistência e surgem abundantemente. Um cérebro excitado e imaginativo pode construir com suas ideias as mais inverossímeis teorias sociais, político-econômicas, artísticas e culturais - como foi o contrato social de Rousseau que, no fundo, é um absurdo, posto que em nenhum momento da História se registrou uma sociedade humana que se tenha formado através de um contrato. A conspiração comunista especula precisamente esta inclinação dos intelectuais de aleijar-se da realidade e de confundir o mundo de sua imaginação com a realidade propriamente dita. E, então, infiltram, por mediação dos milhares de canais dos quais dispõem, no meio-ambiente cultural da nação aqueles conceitos que debilitam a coesão nacional. Os homens da nobreza cultural, não advertidos, desacostumados a pensar sobre realidades, encerrados no mundo de suas ideias, se apoderam destes sutis venenos, destas drogas intelectuais, e as difundem no organismo nacional.

Assim, sem dar-se por conta, considerando-se ao serviço de uma alta vocação espiritual, se convertem na verdade no veículo de destruição cultural de sua própria nação.

6. Do regionalismo ao separatismo

Outro tema de agitação, que aproveita o inimigo para minar a unidade de uma nação, é o provincialismo ou o regionalismo, esses resíduos históricos de épocas desaparecidas. Todas as nações passaram pelo mesmo processo de formação. Em torno de um centro espiritual e político, gravitaram uma série de populações e regiões, as quais, até então, viviam em estado de independência, de vassalagem ou mesmo incorporados a outros Estados. As províncias romenas, Muntênia e Moldávia, viveram durante séculos como principados independentes, lutaram constantemente uma contra outra, até que chegaram à consciência de que pertenciam ao mesmo povo. Apenas em 1859, renunciaram a seu regionalismo e fundiram-se em um Estado unitário, e só em 1918 todas as províncias romenas, puderam desprender-se dos impérios

estrangeiros nos quais se englobavam, para formar a Grande Romênia.

Do Santuário de Covadonga se iniciou o processo de formação da nação espanhola, que concluiu com a conquista de Granada e de Gibraltar. Foram necessários séculos para que as diversas províncias e regiões de Espanha superassem um patriotismo local ou dinástico que representavam um estado político primitivo -, para reunir-se sob a bandeira dos Reis Católicos.

Certamente que cada província e cada região possuem suas próprias características e suas virtudes, que se refletem em seu dialeto, costumes, tradições e cultura. As culturas regionais e todas as criações folclóricas devem ser tratadas por parte do poder central com toda a solicitude, já que representam, de fato, um tesouro nacional. A uniformidade é antinatural e contraproducente também no plano político. Porém nas divergências que podem surgir entre o local e o central, entre as províncias e o Estado nacional, também se mesclam os comunistas, com suas infiltrações e com seus planos de submissão dos povos. Que fazem os comunistas? Incitam as partes

constitutivas da nação, as províncias, as regiões, a rebelar-se e separar-se do poder central. Portanto, desviam as legítimas aspirações de umas províncias de que se lhes sejam respeitadas suas próprias peculiaridades, por um caminho perigoso para a unidade e integridade das nações. Os que se colocam a frente destas ações prejudiciais para o Estado Nacional, se agem de boa fé e não são meros instrumentos do inimigo, olvidam que a Nação é o resultado de um processo de séculos, em que participaram todas as províncias, e cada uma delas têm sua parte de responsabilidade na constituição da Unidade Nacional. Voltar a o que já foi no passado, significa negar a validez de um processo histórico multissecular, seria voltar a um estado político retrógrado e primitivo, que não serve a ninguém, já que as províncias, separadas de tudo, não se podem sustentar por si próprias e serão tragadas por outros complexos políticos.

Todos os separatismos que se manifestam hoje em dia na Europa, são sustentados pela mão oculta comunista. Existe mesmo um plano soviético, conforme o qual, depois de que toda Europa tenha caído sob o jugo de Moscou, se procederá à

supressão dos Estados nacionais, e, encima de suas ruinas, se levantarão uma série de Estados pequeninos, impotentes, uma série de minúsculas repúblicas soviéticas, constituídas por um maior número possível de províncias e regiões. Por conseguinte, se voltará à situação anterior à formação dos Estados nacionais; em vez de França, Itália, Alemanha, Espanha, assistiríamos ao nascimento de um Estado bávaro, um Estado burgundo, um Estado bretão, um Estado provenzal, um Estado catalão, um Estado vasco, um siciliano, um Estado piemontês, sardiniano, etc. É muito mais fácil para Moscou governar alguns Estados pequenos, em vez de fazer frente a grandes unidades nacionais. É um jogo extraordinariamente perigoso por parte daqueles que imaginam poder especular com a atual conjuntura mundial, em prejuízo do Estado Nacional. Não terão nem sua Pátria grande, nem sua Pátria pequena, senão que terminarão seus dias no império do terror e da morte, em algum lugar das estepes siberianas, dizendo: adeus! para sempre às margens ensolaradas do Mediterrâneo.

7. Ruptura entre gerações

O comunismo e seus anexos no Ocidente examinaram também as possibilidades de intervir na cadeia das gerações que vinculam o passado com o futuro de uma nação. Eles pensaram que se puderem provocar uma ruptura entre gerações, si puderem introduzir uma solução de continuidade entre elas, então poderiam captar uma força imensa para seus tenebrosos fins. Especialmente, depois da Segunda Guerra Mundial, os comunistas iniciaram uma gigantesca batalha para apartar as novas gerações de sua trajetória nacional. Sua meta é pôr em conflito as novas gerações com a velha geração, convencendo aos jovens para escolher outro caminho, distinto dos velhos, sob o pretexto de que estes são caducos, são esclerosados, anquilosados, que não veem já claramente o futuro, que não são capazes de adaptar a nação às novas condições de vida. A velha geração, lhes dizem, por egoísmo e por miopia política se agarra ao poder, quando deveria deixar sitio mais cedo para a juventude energizada, que possui outra perspectiva de existência, muito mais eficaz para salvar o porvir da nação. Los jovens são fustigados, excitados pelas forças ocultas, para

passar por cima da experiência e a maturidade das velhas gerações, e para instalar-se no timão do país.

A juventude, por sua própria estrutura, é revolucionária. Ela anseia algo novo, um novo ideal, uma nova fé, à qual consagrar sua generosidade e afeto. A juventude não pode ser tratada conforme à fórmula "panem et circenses". Os comunistas especulam com a paixão da juventude pelo sacrifício, para entregar-se a um ideal. E como a sociedade ocidental não ofereceu à juventude mais que "panem et circenses" depois da Segunda Guerra Mundial, isto é, uma posição econômica cômoda, que lhe proporciona uma multitude de prazeres e satisfações, então suas energias transbordantes se dirigiram para outra direção. Se produziu um vazio ideológico na nova geração, do qual se aproveitaram os comunistas. Porém a principal responsabilidade não recai sobre a nova geração, mas sobre aqueles dirigentes pertencentes à velha geração, que, detendo os volantes do poder, não souberam, no momento

oportuno, guiar os passos dos jovens a um ideal militante.

Esta é a explicação da desorientação com a qual luta a juventude de todos os países europeus!

Porém com esta explicação, não queremos justificar a atitude da nova geração, posto que ela também é responsável pelo futuro de uma nação. Normalmente entre a velha e a nova geração, deve existir uma continuidade perfeita, de tal modo que os mais velhos confiem aos mais jovens o patrimônio nacional em condições ótimas, para que estes o transmitam por sua vez, a outra série de homens. Nenhuma geração pode pretender que ela só seja dona absoluta do país e que pode dispor dele segundo seus caprichos. Dono do país é a nação eterna, e o papel de cada geração é de aportar sua contribuição ao processo histórico da nação.

8. Posição justa da juventude

Qual é a posição justa nesta disputa entre as gerações? A nova geração não pode seguir, palavra por palavra, os lemas políticos herdados da velha geração. Cada nova geração é chamada para aportar sua própria contribuição à História e à Cultura da nação. A nova geração pode até mesmo

entrar em conflito com a velha geração sobre questões de doutrina, sobre questões de governo e de Estado, porém somente em um caso: quando observa anomalias na gestão política da velha geração, quando descobre na classe dirigente sinais de decadência que podem conduzir à perda da independência nacional. Só então a juventude pode expressar seu descontentamento, com toda a veemência; pode rebelar-se ou mesmo fazer revoluções, para eliminar do poder à classe dirigente, incapaz e corrompida. Então tem o direito e mesmo o dever de levantar-se sobre as barricadas, para defender o "ser" do Estado Nacional. Assim procedeu José Antonio Primo de Rivera, no período da República. Ele intuiu o perigo da instalação de uma república moscovita em Madri, e dirigiu seu chamado ardente à juventude. Quando surge um caso semelhante de ameaça nacional, então deve jogar-se tudo numa só cartada. Sem uma saída heroica, sem um "18 de julho", a nação espanhola haveria caído no cativeiro de uma potência estrangeira.

A juventude pode fazer revoluções, porém somente revoluções justificadas pelos

grandes interesses nacionais. Quando ocorre este fato temerário, a nova geração não busca na realidade a destruição da ordem nacional, senão, pelo contrário, quer restaurar esta ordem, restituir à nação seus direitos soberanos. Neste caso, a juventude não é uma juventude anárquica, como frequentemente se lhes acusa por parte dos detentores do poder, mas uma juventude patriótica, consciente e lúcida, que se opõe à desagregação, que vinha observando na velha classe dirigente. A velha geração não viverá muito mais. Desaparecerá, porém eles, os jovens, têm toda uma vida por diante e, então, o problema que se lhes planta é: Que país vão herdar? Será o velho país, conhecido desde os antepassados, ou será um país devastado e profanado pelas hordas bolcheviques? Neste caso, portanto e, somente neste caso, quando se observam sinais irremediáveis de decomposição na classe dirigente, evolução que só pode conduzir ao desastre nacional, a juventude pode desobedecer as leis e fazer um esforço revolucionário, para reestabelecer a situação,

como ocorreu no “18 de julho”. Quando vê que a velha geração se encontra a ponto de alienar o patrimônio nacional, então pode sair das fileiras, convertendo-se em uma geração não conformista, áspera, heroica, disposta a tudo, para a salvação da Pátria.

Porém a juventude não pode rebelar-se por ideais alheios. Não pode pisotear o imperativo nacional. A juventude deve permanecer fiel à linha nacional e cristã e, somente sob este critério, pode atuar na vida pública. A juventude pode entrar em conflito com a velha geração, pode mesmo padecer sob perseguições e mortes por parte dos detentores do poder, porém não para ser mercenários de bandeiras alheias, e não para impulsos e conceitos que recebam de fora das fronteiras. Não pode comprometer-se em revoluções em favor do marxismo, trotskismo, liberalismo, para a civilização das drogas, pelo maoísmo e outros “ismos”. É ridículo, e significa que se carece da mais elemental inteligência apartar-se da História de sua Pátria para buscar a salvação em fórmulas importadas, adquiridas sem nenhum discernimento, e cuja implantação na nação lhe

pode ser fatal! Onde está o orgulho de uma geração? Onde está sua própria afirmação, quando se contenta em imitar alguns produtos ideológicos procedentes de fora de seu país, que não têm nada em comum com a Nação à qual pertencem? Existem certos fatos imponderáveis que a juventude deve respeitar, quando se lança à vida pública, fatos imponderáveis que emanam da nação eterna.

Na realidade, as gerações não se diferem biologicamente, velhos e jovens, como gostariam os inimigos, mas espiritualmente. As gerações que servem a sua estirpe, que formam um corpo e uma alma com sofrimentos e aspirações, descendem de uma só geração e não variam em sua essência, senão em poucos aspectos, reflexo da época em que vivem. Existe uma geração-tipo de uma nação, uma geração que encarna seu gênio criador, que se fixou e estabeleceu, de uma vez por todas, no transcurso da História e expressa o máximo das virtudes de um povo. No que se refere a Espanha, poderíamos assinalar como geração de base, subjacente a todas as gerações biológicas, geração imutável e irreversível, na qual se condensou o

caráter inteiro espanhol, à geração do El Cid. Esta geração representa o padrão-ouro da nação espanhola. Na medida na qual as gerações, em carne e osso, que se sucedem ao longo do tempo, se acercam ou se aleijam deste tipo de homem, representado na epopeia do El Cid, na mesma medida as gerações são leais ao destino universal da nação, ou são gerações que abandonaram o caminho da hnra nacional.

E, então, que lição pode assimilar a juventude? Tem que recorrer ao transcurso da História, para descobrir aquelas gerações e aquelas figuras que cumpriram seu dever para com a estirpe e que lhes sirvam de exemplo, para vencer as dificuldades do momento atual. A juventude de hoje, sem ter em conta a época, a geração e a idade, se sentirá contemporânea com todos aqueles filhos do povo que asseguraram, com seu sacrifício e com seu trabalho, a continuidade histórica e cultural da nação.

Os jovens de hoje formaram uma mesma frente com os homens de idade mais avançada e com todos aqueles heróis que lhes precederam ao longo do tempo. Desde Dom Pelágio, até José Antonio,

existe de fato uma só geração, a geração metafísica da Espanha. Um jovem, caído nas armadilhas enganosas do inimigo, é de na verdade um velho, já que as supostas novas ideias que lhe dominaram, como o liberalismo, o marxismo, o leninismo, são velhas e defasadas, pertencem ao século passado; e um velho que levanta a espada, em defensa da estirpe, é de fato um jovem! Se trata daquela juventude eterna da estirpe, aquela juventude sem velhice, da qual gozam só os que têm a visão de um ideal. José Antonio morreu jovem, porém agora, aos quarenta anos desde sua morte, sua influência permanece igualmente poderosa na nação, muito mais forte que a de muitos jovens que perderam sua bússola espiritual.

9. Alteração do Estado

Outra desgraça que afeta às nações, é a alteração das relações entre a Nação e o Estado. Naturalmente, o Estado é um instrumento ao serviço da Nação, um portador de suas aspirações e de seus ideais. A nação elabora os objetivos por alcançar, as etapas políticas que se devem decorrer, e confia ao Estado a tarefa de realizá-las. *O Estado é a Nação organizada*, com o fim de cumprir os

empreendimentos históricos, econômicos, culturais, etc., que ela mesma fixou. O Estado é um intermediário cujo papel é servir para o cumprimento dos grandes objetivos nacionais. O Estado nunca deve levantar-se acima da nação e considerar-se como una entidade superior a esta, senão que deve constantemente permanecer em uma estrita relação de subordinação à nação.

Quando o Estado abandona este papel, quando não reconhece e não cumpre com sua missão específica de estar ao serviço da nação, então perde sua legitimidade política e jurídica. O Estado recebeu um mandato da nação. Quando ignora este mandato ou quando somente finge cumprir seu significado, conservando as aparências, então entra em conflito com a nação, e pode converter-se mesmo em inimigo desta. As hostilidades tornam-se declaradas, e então, ou a nação logra desfazer-se do Estado corrompido e perjuro ou o Estado se transforma em tirania e oprime a nação.

Analisemos agora os tipos de Estado que se aleijam de sua missão específica. Em ordem cronológica, temos em primeiro lugar o Estado demo-liberal, assim como surgiu da doutrina de

Rousseau. Tal como demostramos quando falamos do conceito individualista, a nação se encontra ausente no Estado da democracia liberal. Frente a frente, não encontramos mais que indivíduos e Estado. O Estado já não é mais detentor do mandato da nação, mas mero contrato de átomos humanos, que se juntam e se desfazem segundo seu livre arbítrio. E, então, que papel tem o Estado no conceito individualista? Estar sempre numa espécie "serenidade", expressão muito certa, mas ao mesmo tempo irónica. Os indivíduos soberanos não querem ser molestados em seus sonhos, em seus negócios, em seus interesses, por outros indivíduos turbulentos, ou por forças externas que anseiam e desejam seus bens, e então descobriram que o Estado serve para isso, é bom para algo, para assegurar a segurança pessoal. É um *mal necessário*, conforme caracterizaram outros autores, uma espécie de comissário da polícia com amplas atribuições.

Em tempos de perigo, a situação muda. Apenas então se recordam os cidadãos liberais que existe também uma nação, não somente indivíduos isolados, e apela a seu patriotismo, conjurando-se

a empunhar armas. Mas uma vez estabelecida a paz, de novo a nação é ignorada, de novo é eliminada das preocupações do Estado, e os indivíduos soberanos tornam ao seu jogo irresponsável, acreditando que as urnas resolverão todos os seus problemas.

El Estado demo-liberal é, por definição, não intervencionista. Ele não tem nem a intenção nem o poder para impor aos indivíduos certas obrigações coletivas, imprescindíveis para a sobrevivência da nação. É um Estado medíocre, apático, amorfo, desarticulado, no qual o comunismo penetra com facilidade e o destrói por dentro. Como a nação não se encontra representada por nada no Estado demo-liberal, já que os partidos são simples aglutinações de interesses individuais, as minorias comunistas não tropeçam contra resistência alguma em sua ação subversiva, posto que afrente não encontram mais que indivíduos mesquinhos, interesseiros e mentirosos... O degradante espetáculo que oferece atualmente ao mundo a Europa democrática é um exemplo eloquente da incapacidade orgânica do Estado

demo-liberal de defender os interesses vitais da nação.

Ao Estado demo-liberal, anárquico e destrutivo, os movimentos nacionais lhe opõem o Estado portador de ideais, o Estado depositário de bens morais e religiosos, o Estado mandatário da nação, o Estado que cumpre com uma missão histórica.

10. A Democracia e seu perigo

O tema do Estado demo-liberal tem ainda outro aspecto, que se perde de vista muitas vezes. A democracia não é idêntica ao liberalismo político e econômico. A democracia é mais acertadamente uma técnica de registrar a vontade nacional. A ideologia da Revolução francesa compreende dois elementos distintos, que, pelo fato de haverem aparecido conjuntamente, não têm uma clara delimitação: uma nova técnica de governo, a democracia, que se realiza por mediação do voto, dos partidos e do parlamento, é um novo ideal político e social, o individualismo liberal-burguês. A técnica de governo democrata tem um caráter neutro. Ela pode servir para expressar conteúdos políticos diversos. Não deve

ser necessariamente o liberalismo. Pode ser nacionalismo, pode ser socialismo. A democracia é um quadro político neutro, regras de jogo que pode suportar os mais diversos conteúdos ideológicos. A democracia não é responsável pelo ideal político representado pelas diversas correntes, tendências e partidos ou dos resultados homologados por sua arbitragem. Ela registra as flutuações da opinião pública, sem que esteja em seu poder o apreciá-las ou influenciá-las. A democracia é mais acertadamente um procedimento a seguir nos assuntos públicos, que um conceito de vida. A democracia distribui oportunidades iguais a todo mundo, quando faz respeitada, quando não se recorre à falsificação das urnas. A princípio, todos os partidos, todos os programas, se podem enfrentar-se no campo de batalha da democracia. O resultado da competição, que benefícios ou que desgracias possa trazer para a nação, depende da sabedoria dos chefes de partidos e das virtudes da coletividade.

Tendo em conta o carácter neutro da técnica de governo democrata, podemos imaginar em um certo momento que também os movimentos

nacionais aceitem, suas regras de jogo, isto é, transformem-se em partidos, e participem nas eleições, como foi o caso do Movimento Legionário na Romênia. Nem os partidos políticos representariam o maior mal na vida política do país, se estes partidos respeitassem os interesses supremos da nação, no programa de todos os partidos figurasse como ponto comum e indiscutível, uma quintessência dos princípios nacionais. Mas o que ocorre de fato? Falta precisamente em seu programa este elemento supremo, precisamente este axioma nacional. Os partidos políticos olvidam, em sua maioria, que são organismos intermediários, à disposição da nação e têm a tendência de substituir a esta como realidades independentes. Os partidos se desprendem da base nacional, e desta forma, se diluem os grandes interesses coletivos. Se falsifica o sentido histórico da Pátria.

Podemos ir ainda mais longe com as concessões, admitindo mesmo que o mal que podem trazer os partidos à nação, pela ligeireza com que tratam seus interesses, pode ser corrigido, mediante uma intensiva educação política e

patriótica, de todos os cidadãos. Estes, bem instruídos, não vão conceder seu voto às formações políticas que se apartam da linha nacional. Os partidos poderiam ser tolerados neste caso, se não surgisse outro perigo, do qual caem vítimas, os mesmos partidos. Se trata da franco-maçonaria. As regras do jogo democrático não são respeitadas em nenhum lugar do Ocidente, posto que entre os bastidores da cena democrática, se constitui e se organiza uma outra força, a seita maçônica, que controla aos partidos políticos, e falsifica a vontade nacional. As democracias lutam, afirmam seus partidários, contra os régimes autoritários, para restaurar as liberdades políticas, porém, na realidade, com sua chegada ao poder substituem à ditadura que combatem com uma outra ditadura, infinitamente pior e mais odiosa, porque é oculta, porque opera nas sombras e ninguém sabe quem são seus chefes nem seus responsáveis. A democracia, com certas correções, com a ajuda de um alto treinamento cívico do povo, seria boa, se, precisamente aproveitando suas liberdades, não se organizasse a ditadura da maçonaria, que a obriga a executar suas ordens. Aqui está o máximo perigo

da democracia, não no sistema, não nos partidos, não na multiplicidade dos ideais que se enfrentam na arena eleitoral, não no parlamento, mas na ação de acampar-se no Estado a maçonaria. Todos os chefes políticos tomam lugar nas lojas maçônicas, e daqui recebem as ordens referentes ao modo de governar, ao parlamento e à política que deve seguir-se. Todo sistema democrático torna-se viciado, com o tempo, pela invisível ditadura da maçonaria, que, por sua vez, é infiltrada e sujeitada pela ditadura do comunismo.

Podemos ilustrar a existência deste governo oculto com o exemplo do Movimento Legionário, na Romênia. Desde suas primeiras manifestações, o Movimento Legionário se comprometera a respeitar as leis vigentes e as regras do jogo da democracia. Quem não respeitara a Constituição do país foram precisamente os partidos políticos, que recorreram a todas as ilegalidades para impedir o desabrochar da Legião. Em 1937, o movimento obteve um grande êxito eleitoral e, nas eleições seguintes, previstas para o mês de março de 1938, sem dúvida alguma, teria logrado a maioria dos votos. Quando os inimigos compreenderam que o

Movimento Legionário poderia conquistar o poder dentro do quadro da mais pura e perfeita democracia, renunciaram aqueles à democracia, se converteram em perjuros ante a Constituição, e se transformaram em regime ditatorial. A franco-maçonaria, controlada pela conspiração comunista que exercia até então sua influência oculta no Estado, por intermédio do Rei e de sua camarilha, renunciou ao jogo democrático, quando este já não lhe convinha, quando se aproximava o perigo de um governo legionário e, de uma ditadura disfarçada e secreta, passou a uma ditadura aberta!

11. O Estado totalitário

Outro tipo de Estado que contradiz a essência da nação é o Estado totalitário. Neste caso, o Estado sai da tutela da nação e se arroga direitos soberanos. O Estado passa por cima da relação de subordinação que deve à nação. Enquanto o Estado demo-liberal peca ante a nação por sua debilidade e pelo indiferentismo com que trata os grandes problemas nacionais, o Estado totalitário se situa ao outro extremo, arrancando o cetro da nação e confiscando-lhe a direção política suprema.

No Estado totalitário fascista, a nação não é excluída, senão que se lhe impõe a tutela do Estado, com a prerrogativa que é em seu próprio interesse ceder o passo ao Estado, por sua própria grandeza. Como se explica que Mussolini, que não era um inimigo da nação, que foi um nacionalista e lutou por seu povo, colocou a nação por baixo do Estado? O nacionalismo de Mussolini desembocou em imperialismo, e assim se explica a primazia que concede ao Estado. Mussolini estava obcecado pela visão imperial de Roma. Ele queria criar mais que uma Itália poderosa. Ele buscava reviver o império romano, ao menos em sua porção mediterrânea. Porém as conquistas que ele projetava não podiam ser incorporadas no conceito restrito da nação italiana. Necessitava um Estado mais amplo que aquele reduzido às dimensões da Itália. Por isto, Mussolini concebeu um Estado à medida de seus planes grandiosos, considerando à nação italiana como uma simples base de partida para suas conquistas futuras. Para Mussolini, o Estado se sobrepõe à nação. O Estado absorve à nação. A nação se encontra ao serviço do Estado, inversamente como pede a lógica do Estado.

No que se refere ao indivíduo, Mussolini caiu no mesmo erro. Em sua justa reação contra o Estado demo-liberal, aplicou ao indivíduo um tratamento excessivamente rigoroso. Disse ele que o indivíduo não existe senão no Estado e deve submeter-se às necessidades dele. É bem conhecida a fórmula de Mussolini: "tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado". É um exagero. O indivíduo não pode cumprir sua missão criadora, se se encontra pressionado, sem possibilidade de movimento, nos moldes do Estado. Na concepção mussoliniana o indivíduo não existe como entidade fora do Estado, mas absorvido pela estrutura deste. Nunca atua só.

Ao tratar do problema do Estado, Mussolini foi menos feliz que ao resolver o problema social. Quão distante está da concepção de José Antonio, que levanta o indivíduo ao nível de um ser privilegiado no Estado! Na verdade, o indivíduo, portador de valores eternos, cria à nação e a introduz com ele no Estado. Devido justamente a sua contribuição individual, ele representa uma peça essencial na organização do Estado. Não o indivíduo - átomo das democracias - capaz de

entrar em qualquer combinação política, mesmo hostil a sua nação, mas o indivíduo - pessoa humana, deixada para voar com todas as suas valências criadoras, nas quais encontra o componente nacional. O indivíduo quando penetra no Estado, é um intérprete da nação eterna, com seus interesses permanentes. Portanto, não é a anulação do indivíduo, senão sua potencialização ao máximo, proclama José Antonio.

No Estado totalitário comunista, a situação da nação é infinitamente pior. Nem sequer se pode discutir sobre que tipo de relação mantém o Estado com a nação, posto que não tem relação alguma. O Estado comunista é um estado esvaziado da substância nacional. A nação já não existe, mais que sob a forma de um rebanho de escravos. O Estado comunista leva um rótulo: Romênia, Hungria, Polônia, Bulgária, porém, na realidade, a nação que figura sobre seu frontispício, não tem nenhuma participação política em sua construção, não entra, de nenhum modo, em seus órgãos dirigentes. No totalitarismo vermelho, a nação é completamente eliminada do Estado e substituída pelo partido comunista, que usurpa seus direitos e

suas funções. Este partido, o partido comunista, não é sequer um partido nacional, não se formou nas fileiras da nação, e não sofre comparação alguma com os movimentos nacionais. O partido comunista é um partido cosmopolita, uma sucursal da Internacional Comunista.

Nos regimes comunistas, não existe de fato nem o Estado nacional nem a nação, mas uma gangue internacional que se converteu no senhor dos recursos do Estado, mediante operações fraudulentos ou pela força das armas. Não é preciso insistir sobre o lugar que ostenta o indivíduo no Estado comunista. Se a nação é maltratada do modo mais bárbaro, imaginemos o que ocorre com seus membros isolados, os quais não encontram apoio algum ou proteção por parte de um regime comunista. 12. A crise total da Nação

Porém, todavia mais grave, quase desesperadora é a situação política de uma nação, quando perde o contato com sua missão histórica. A missão de uma nação na História não é algo secundário, de que nos podemos desfazer ou ao que podemos substituir por algum outro

sucedâneo. É o fator que aperfeiçoa a imagem de uma nação, que lhe fixa o caminho que deve seguir na História. É sua estrela polar. Quando uma nação não reconhece a missão que se lhe encomendou por parte de Deus, é como se perdesse sua bússola histórica. Então titubeia na obscuridade, não sabe distinguir o caminho que deve seguir. A nação avança por avançar, açoitada por todos os vagalhões da História, como um barco sem timão. A gente, desgarrada, deslumbra o futuro com medo!

Á falta de uma missão histórica, o Estado se degrada, se coloca no papel subalterno de uma administração. Mas mesmo uma boa administração não pode substituir à grande política, que é guiada permanentemente pela estrela do destino nacional. Que ocorre então? A nação se descompõe no material do qual se formou ao longo dos séculos. O vínculo invisível, de índole espiritual, que mantem juntas as províncias, as classes sociais, os indivíduos, as famílias, as profissões, se debilitam, e cada parte toma sua liberdade de ação.

O destino histórico é o cimento de una nação, é seu princípio vital. Não é a economia em si, a que mantem de pé uma nação, nem sua cultura, nem sua administração, e nem sequer o Exército. Todas estas instituições recebem seu sopro de vida da grande missão, assim como não pode existir vida sem luz solar. Ao cessar a ação regeneradora do ideal nacional, os indivíduos não se reconhecem mais no seio da Pátria, nem as províncias, nem as classes, nem as profissões e nem mesmo as famílias. Cada um caminha com seus interesses, com seus conceitos, com seu mundo próprios. E então começa a desbandada na vida da nação. Se inicia seu processo de decomposição. A nação dá sinais de cansaço e morre paulatinamente, porque não recebe já a luz que lhe ilumina, porque lhe falta a atração de um ideal. Para que vivemos juntos? Por que somos franceses, alemães, espanhóis, romenos, etc...? Se se tratam somente de interesses individuais, igualmente bem poderíamos viver também em outros países. Portanto, se insistimos em viver juntos, por algo será! Quando os dirigentes de um país não mantêm o povo em um estado de permanente consciência histórica, para

alcançar uma meta traçada, então as partes integrantes vão à deriva, e a nação começa a ranger por todos os lados. Então, fazem sua aparição os individualismos, os separatismos, as lutas de classes, as primazias dos interesses econômicos, as infiltrações estrangeiras. Os indivíduos não podem ser mobilizados para a defensa da Pátria, sem um ideal! Ao não amostrar com toda a clareza, por parte do governo, o ideal nacional, os indivíduos buscam substitutos de ideais, de um nível inferior, ou ideais sugeridos pelo estrangeiro.

A crise das nações se deve, em primeiro lugar, ao fato de haverem sido abandonadas a viver sem um ideal. De fato, já não vivem. vegetam! São corpos sem alma. Não sabem por que vivem, ou mesmo aonde vão. À falta de um ideal, a esfera dirigente oferece ao povo sucedâneos de ideais, como é o bem-estar econômico, e quando a economia de um país sofre um contratempo, o pânico se apodera da nação. Quando as nações vivem pendentes exclusivamente dos bens materiais, e quando estes começam a escassear, então os homens sentem que tudo despenca a seu redor. Na mesma situação, uma nação dotada de

um ideal potente resiste vitoriosamente a uma crise econômica. Quando não possui a abundância de ontem, se aperta os cintos, sabendo sacrificar-se por um bem superior ao bem-estar material, à pátria, que se encontra na base de todas as felicidades, inclusive aquela de ter una existência material segura. O ideal é o padrão-ouro, das nações. Com ele se mede o valor e a riqueza de uma nação, os êxitos e suas derrotas.

As nações ocidentais, carentes desde há muito da ação benfeitora de um ideal, chegaram a um estado de degradação tão agudo, que já não reconhece o inimigo que lhes cerca. Nem sequer se atrevem a pronunciar seu nome. Carlos Schmitt, que foi um teórico do nacional-socialismo, nos legou algumas coisas interessantes, que merecem ser retidas. Dizia que "a política exterior é primordial na vida de uma nação", e, que "o dever principal de uma chefatura de Estado é aquela de identificar o inimigo e mostrá-lo à nação». O inimigo em potencial, bem compreendido, que pode converter-se amanhã em uma grave ameaça. Que grande povo eram os romanos que, com cem anos de antecedência, haviam identificado aos

cartagineses como seu inimigo mortal, ao que combateram até sua aniquilação! E, hoje em dia, assistimos a este espetáculo atordoador, quando a União Soviética proclama, sob nossos olhares, sua decisão de destruir ao mundo libre, e ninguém se atreve a pronunciar nem sequer o nome do agressor. Pelo contrário, se busca minimizar esta ameaça mortal e iminente, mediante a conclusão de pactos com o inimigo, mediante acordos co-existencialistas, apesar de que se sabe muito bem que Moscou não renunciará jamais a seus planos de dominação mundial e, no momento oportuno, sairá de seu esconderijo para aplastar sem piedade aos povos que confiaram em sua palavra e em suas promessas.

v. O SENTIDO DO NACIONALISMO

1. Nacionalismo, unificador da Pátria

Esclarecida a estrutura da nação e conhecida sua vida íntima, voltemos ao problema do nacionalismo, que constitui o tema principal de nosso estudo.

O nacionalismo é a expressão da totalidade nacional e nunca de algumas partes ou fragmentos da mesma. É um fator de integração de todas as províncias e regiões. Uma região, uma província, não pode ser nacionalista, o termo é equivocadamente empregado, porque estas entidades não são nações, mas somente territórios ou populações que se fundiram entre si para formar o conjunto de uma nação, ao curso de um longo processo histórico. As províncias e as regiões pertencem ao primeiro estado de criação das nações, quando somente existia um material de base, esperando sua fusão. As províncias e as regiões não são mais que os ladrilhos que entram na edificação da nação. A nação tem uma arquitetura distinta de seus elementos componentes. Ela não é nem indivíduo, nem classe, nem região, mas algo totalmente a parte,

que incorpora todos estes fragmentos em uma ordem nova e uma nova perspectiva.

O nacionalismo é um estado de suprema consciência ao que chegou uma comunidade humana, que supera todas as aspirações locais, provinciais ou regionais. O nacionalismo unifica a diversidade etno-geográfica de um país, dando-lhe um sentido de realização espiritual. O nacionalismo possui uma dinâmica própria, independente da de suas partes componentes. A nação não é algo estático, não é algo fixo, não é algo definitivamente contornado já no primeiro momento, senão que está realizando-se continuamente. O nacionalismo é a tensão criadora da nação que emprega suas forças para realizar suas finalidades.

2. O nacionalismo e o nacional

O nacionalismo não é algo distinto do nacional. Os movimentos nacionalistas podem ser igualmente denominados movimentos nacionais. Porém há modos de pensar quando não podemos evitar o emprego dos termos “nacionalismo” e “nacionalista”. Se o apego de um patriota a sua pátria, se chama “patriotismo”; se um indivíduo

afiliado à doutrina marxista se chama “marxista” ou “comunista”; se a fé de um cristão se chama “cristianismo”, a de um maometano “maometismo”, não existe motivo algum para não dizer de alguém que adere aos princípios da nação, que é um “nacionalista”. Não devemos deixar que se crie um clima de confusão ao redor deste nobre e leal vocábulo, pois que perderemos um forte aliado na luta contra o comunismo.

Por outro lado, o termo “nacional” reflete uma imagem pálida da pátria, porque foi desvalorizado pelos partidos democráticos. Em todos os países da Europa, existiram partidos que se chamavam “nacional-liberal”, “nacional-camponês”, “nacional-democrata”, “nacional-conservador”, “nacional-radical”, etc. Porém todos estes partidos, que se declaravam “nacionais”, na realidade, representavam interesses de classe. Nenhum deles se preocupava com a totalidade nacional. Se denominavam “nacionais para atrair o eleitorado, especulando com o sentimento nacional. Deste modo, “o nacional” perdeu muito de seu vigor inicial, sendo degradado pela duplicidade dos partidos. O vocábulo “nacionalismo” tem uma

carga emotiva e energética muito mais forte que “o nacional”, coisa de que não devemos descuidar, e particularmente hoje, quando se trata do ser ou não ser das nações. Por isso, quando personalidades ou grupos políticos quiseram realizar uma grande empresa nacional ou alertar o povo sobre um iminente perigo sempre fizeram clamar a seu “nacionalismo”.

O Nacionalismo – como se mencionou anteriormente - passou por duas etapas, que se observam muito bem na história dos povos europeus. A fase do nacionalismo extensivo, que conduziu à criação dos Estados nacionais. Este tipo de nacionalismo se conclui com a realização da unidade territorial de uma nação. Se as nações depois de alcançar suas fronteiras étnicas, se voltam sobre si mesmos para preocupar-se mais quanto a como organizar melhor seus recursos físicos, morais, espirituais e políticos, então entraram na fase do nacionalismo intensivo. Somente este tipo de nacionalismo forja a personalidade histórica e cultural de uma nação. Os partidos políticos democráticos geralmente não saem do conceito do nacionalismo extensivo,

territorial, e por isto não podem nunca chegar a compreender a verdadeira essência da nação, havendo do "nacional" uma caricatura da nação.

3. As características do Nacionalismo

Vamos agora a ver quais são as características fundamentais do Nacionalismo frente a outras ideologias, frente a outras correntes políticas.

a) O Nacionalismo é conservador, porém não deve confundir-se com o partido conservador. O Nacionalismo vigia a conservação do patrimônio histórico, espiritual e cultural de uma nação. Uma nação sofre diversas mudanças em seus costumes e em suas instituições com o passar do tempo, porém uma coisa deve ser mantida sem alterações: sua personalidade histórica. O eu coletivo de uma nação deve ser transmitido em estado puro de uma geração a outra. Quando o santuário espiritual de una nação é profanado, aquela nação é ferida de morte e seu fim está próximo. O nacionalismo se opõe continuamente a este processo de desagregação dos povos, que pode ser produzido seja por debilidades próprias seja como consequência de influências perigosas do estrangeiro. Neste sentido é conservador o

nacionalismo, não porque defenda privilégios injustos.

b) O nacionalismo se pode apresentar, em um determinado momento, como uma reação frente a alterações ou anomalias que se produzem no corpo da nação. O nacionalismo reage com vigor quando os valores eternos são atacados ou substituídos por ideias alheias e perigosas para a existência da nação. Porém não é "reacionário", isto é, não luta para a restauração de privilégios de classe ou de instituições ultrapassadas pelo momento histórico.

c) O nacionalismo pode ser revolucionário em determinadas circunstâncias e pode desencadear mesmo revoluções para conquistar o poder. Porém não é um adepto sistemático da violência, não é revolucionário como princípio de ação na vida política. O Nacionalismo recorre à revolução somente *in extremis*, isto é, quando não lhe resta outra solução para salvar a existência de sua nação. Quando uma nação está a ponto de cair nas garras de seus inimigos, como se deu na Espanha de 1936, então a postura revolucionária está plenamente justificada. Em circunstâncias trágicas quando, como única saída para salvar a existência

de uma nação, não pode mais que a revolução, o Nacionalismo tem o direito, e mais ainda, tem o dever de arriscar uma revolução.

d) O Nacionalismo tem uma visão completa e harmônica da nação, isto é, que abarca toda a nação, com todos seus nomes e todas suas terras. Porém não é totalitário, no sentido de identificar-se com a fórmula do Estado totalitário. O Nacionalismo não é o exponente de uma classe social, não é o exponente de una região, não é o exponente de alguns interesses econômicos, senão que manifesta a mesma solicitude paterna para todas as realidades nacionais. O Nacionalismo contempla à nação por cima, daquela região ideal que se eleva muito por acima dos interesses particulares. O Nacionalismo se pode assemelhar ao voo de uma águia, que sobrevoa majestosamente sobre homens, casas e paisagens. O Nacionalismo capta algo do mistério da nação, e deste centro dirige seus destinos.

e) O Nacionalismo é um valor universal. Todas as nações, sem exceção alguma, são nacionalistas, ainda quando, às vezes, no reconhecem esta qualidade, ou bem a escondem. Quando uma nação

deixa de ser nacionalista, isto é, quando já não afirma sua personalidade criadora na história ou na cultura, não é mais uma nação. Porém devemos precisar que a universalidade nacionalista não é uma ideia supranacional, idêntica em todos os povos, mas que ela varia em conteúdo de uma nação a outra. Cada nação produz seu nacionalismo específico, sui-generis, diferente do nacionalismo de outras nações. Ele não é transferível de uma nação a outra, e toda imitação de um nacionalismo alheio impede o desenvolvimento normal de una nação. O nacionalismo importado é rechaçado pela nação. Assim ocorreu com as tentativas de transplantar o fascismo, ou o nacional-socialismo, em outros países. A experiência não teve êxito.

f) O Nacionalismo é um valor muito antigo. Como doutrina se desenvolveu somente na época moderna, iniciando ao final do século XVIII, porém como estado de espírito, como realidade vivida, aparece desde as origens da História. Os sumérios, o primeiro povo, identificado graças à arqueologia, se manifestaram como um grupo social fechado, com características étnicas,

culturais, religiosas e socioeconômicas próprias. Não podemos passar em revista todos os povos da antiguidade que chegaram à consciência histórica. Nos limitemos a dois exemplos sobressalentes: os judeus e os gregos. Os judeus eram o povo eleito, guardião da verdadeira fé, ao qual lhe era proibido por lei divina a mesclar-se com outros povos e raças, chamadas gentias. Os gregos, ainda que vivessem dispersos em cidades-estados, não chegando a formar um Estado nacional, se consideravam um povo distinto, de essência superior aos demais. De um lado, eram eles, os gregos, do outro, uma massa disforme de raças e povos, denominados coletivamente bárbaros.

4. Nacionalismo e Socialismo

O socialismo está implicado no Nacionalismo, se por Socialismo se entende justiça social, e não luta de classes, que é um conceito de origem marxista e que representa uma característica do comunismo. O nacionalismo não é a expressão de uma classe nem de um interesse particular, abarca a totalidade da nação. Para um nacionalista, as diferenças de classe social não podem ser ignoradas, porém as considera como fenômenos

secundários, que têm lugar no interior da nação e que devem ser permanente subordinados a suas finalidades e a seus ideais. Um nacionalista nunca arrancará a classe do contexto social para usá-la como arma de combate contra a nação, ou mesmo situar-lhe acima da nação, como fazem os comunistas. Para evitar qualquer interpretação hostil à nação, os homens políticos que desejem utilizar o termo "socialismo", na denominação de seu partido, deve adicionar-lhe uma nota, um atributo, para indicar claramente que seu socialismo se distingue do comunismo. Eles podem nomear seu socialismo anticomunista "socialismo nacional", ou "socialismo cristão", ou melhor, "socialismo nacional-cristão".

Hoje, o vocábulo socialismo está tão corrompido pelo contato prolongado com o comunismo, que é preferível não utilizá-lo de maneira alguma. Primeiramente, existem partidos socialistas que têm uma base doutrinária comum com o comunismo: o marxismo. O que lhes diferencia é somente o método de conquista do poder. Por outro lado, mesmo os comunistas, nos países em que chegaram ao poder continuam

utilizando o termo “socialismo”, ampliando a confusão no mundo livre. As Repúblicas Soviéticas se chamam “repúblicas socialistas”, e também os Estados satélites da Europa Oriental se chamam repúblicas socialistas. Os comunistas toleram, entretanto, figurar o “socialismo” em seu vocabulário tanto para os benefícios propagandísticos que podem proporcionar-lhe o terreno ao estrangeiro, como para necessidades de política interior. O socialismo é a fase preparatória no processo de comunistização de um país, que se manifesta pela expropriação dos bens de produção. O comunismo real, autêntico, representa a segunda fase, a fase final, na qual o indivíduo perde sua personalidade, desaparecendo numa massa amorfa de escravos, totalmente à disposição do Estado.

Nestas circunstâncias, devido à corrupção intrínseca que sofreu o termo “socialismo”, sua utilização como emblema político para os partidos de ordem é contraproducente. O socialismo foi contaminado até a medula pelo comunismo, e assim como água contaminada não se bebe, não devemos beber da fonte do socialismo.

5. Os inimigos do Nacionalismo

Não devemos deixar-nos enganar pelos que combatem o nacionalismo, ao que consideram um fenômeno anacrônico, e mesmo mórbido. Devemos identificar bem aos que patrocinam as campanhas antinacionalistas, para ver se não estão no fundo interessados na destruição de outros povos, para afirmar, justamente, seu próprio nacionalismo. Inimigos do nacionalismo, por exemplo, são e têm sido, em todos os tempos, os judeus. Em qualquer país onde se assentam, constituem una minoria hostil ao Estado nacional, e lutam pela sua desintegração. Porém, os mesmos judeus, quando criaram seu Estado nacional, mudaram radicalmente de atitude. Não somente olvidaram seus princípios pacifistas, humanitários, cosmopolitas, que professavam amplamente quando se encontravam na diáspora, porém passaram a professar com fanatismo sua fé em Israel, em seu Estado nacional, e, longe de haver promovido a fraternidade e o bom entendimento com outros povos, assim como rezavam antes, se converteram nos perseguidores dos grupos étnicos coabitantes. O nacionalismo hebreu adotou características extremas, transformando-se em

intolerante, racista e imperialista. Eles que tanto combateram Hitler e suas teorias, e que não perdoam nem hoje aos sobreviventes políticos do Terceiro Reich, criaram na Palestina um Estado assentado exatamente sobre o «Weltanschauung» hitlerista, sobre as ideias de «Blut und Boden».

Há, todavia, outra categoria de indivíduos que tornam-se frenéticos quando ouvem falar de Nacionalismo ao que combatem com todos seus meios. São os comunistas. Em seu vasto império, que abarca a Rússia e a Europa Oriental, qualquer movimento de protesta contra a política de opressão e desnacionalização dos povos cativos, é sufocado rapidamente em sangue, e os exponentes do nacionalismo são executados, ou internados em manicômios. Qualquer broto de nacionalismo é tachado de anacrônico - reminiscência da época burguês-capitalista, que não tem nenhuma razão de ser em uma sociedade socialista avançada. Porém quando se trata dos povos da Ásia e da África, e, em geral, dos povos que constituem o terceiro mundo, os mesmos comunistas adotam outra linguagem. Nestes lugares, e somente nestes, eles tornam-se campeões da liberdade dos povos,

excitam o nacionalismo, e defendem o direito dos povos de dispor sobre si mesmos, contra os "imperialistas" e os "colonialistas".

Estas duas posturas são contraditórias só aparentemente. Na realidade servem para o mesmo fim, que é a dominação mundial pelos comunistas, e não representam mais que dois momentos tácticos na guerra que eles levantam contra o mundo livre. No império comunista se considera o nacionalismo muito perigoso, porque representa uma força capaz de provocar a desintegração da dominação ateu-marxista. Já no mundo livre, o nacionalismo, assim como o fomenta a Rússia bolchevique, ajuda na degradação dos impérios coloniais e na emancipação dos povos situados na esfera de influência das nações ocidentais. Porém, que ocorrerá despois que estes povos se desprenderem da tutela ocidental? Tornar-se-ão livres? De maneira alguma. Cedo ou tarde terão a mesma sorte que todos os povos cativos do âmbito soviético. Serão capturados pelos comunistas, cairão sob a tirania sangrenta destes, e perderão novamente, desta vez por definitivo, sua independência.

O nacionalismo é o sinal de distinção de todos os povos. No exercício deste princípio encontramo-nos todos, pequenos e grandes. A condição fundamental para seu êxito é que devemos respeitá-lo em todos os povos. O que para nós nos deu vida e formou nossa personalidade histórica, não o podemos negar para outras nações.

6. O Nacionalismo frente al Comunismo

Hoje o Nacionalismo cresceu muito em importância, e em eficiência combativa. Longe de haver desaparecido da História, tal como profetizavam aqueles hipócritas interessados em desenvolver seu próprio nacionalismo, ele tomou as proporções de um movimento ingente em todo o mundo. Vejamos o grande movimento que desperta aos povos de cor. O nacionalismo africano e asiático está em plena ascensão. O nacionalismo árabe chegou ao apogeu, e está a ponto de transformar este povo em uma força considerável. No império comunista soviético, 200 milhões de seres humanos, que representam dezenas de nações distintas, estão frente aos 100 milhões de russos, e reclamam seu direito a uma vida livre. Na Europa Ocidental e na América do

Norte, sob o véu de uma democracia formal, se observa uma grande efervescência nacionalista. Frente ao perigo comunista, os povos ibero-luso-americanos cerram suas fileiras ao redor da bandeira nacionalista.

Frente a frente se formam duas trincheiras: o universalismo nacionalista e cristão, contra o cosmopolitismo ateu e marxista. A luta final se dará entre estas duas forças. A batalha do Armagedom será aquela entre o nacionalismo cristão e o comunismo ateu. A vitória final será para as forças do bem, já que ao lado destas intervirá o Arcanjo Miguel, frente às hostes celestiais.